



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
Secretaria Regional das Finanças, Planeamento e Administração Pública

Sua Excelência O Presidente da
Assembleia Legislativa da Região
Autónoma dos Açores
Rua Marcelino Lima 9901- 858 Horta

S/Referência	S/Comunicação	N/Referência	Data
S/1176/2023	03/05/2023	Sai-AP/2023/133	13/06/2023

ASSUNTO: Requerimento n.º 619XII (BE) – “Relatório com as conclusões do Estudo Diagnóstico do Equilíbrio e Sustentabilidade das Escolas Profissionais de Direito Privado na Região Autónoma dos Açores”, apresentado pelos Senhores Deputados António Lima e Vera Pires, do Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda

Em resposta às questões colocadas no requerimento referido em epígrafe, subscrito pelos Senhores Deputados António Lima e Vera Pires, do Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda, cumpre-me informar V. Ex^a. do seguinte:

Em anexo, remete-se os documentos solicitados.

Com os melhores cumprimentos,

O Secretário Regional das Finanças, Planeamento e Administração Pública

Assinado por: **DUARTE NUNO D'ÁVILA MARTINS
DE FREITAS**
Num. de Identificação: [REDACTED]
Data: 2023.06.13 19:34:17 +0000





FEG
FACULDADE DE ECONOMIA
E GESTÃO
UNIVERSIDADE DOS AÇORES

Estudo de Diagnóstico do Equilíbrio e Sustentabilidade Financeira das Escolas Profissionais de Direito Privado da Região Autónoma dos Açores

Relatório Global

Destinatário: Secretaria Regional da Juventude, Qualificação Profissional e Emprego da Região Autónoma dos Açores

Entidade Adjudicante: Secretaria Regional da Juventude, Qualificação Profissional e Emprego da Região Autónoma dos Açores

Outubro de 2022 | Versão Pública



Conteúdo

Lista de Figuras	4
Lista de Tabelas	5
Lista de Abreviaturas	6
1. Sumário Executivo	7
2. Âmbito do Relatório	10
3. Potencialidades e Debilidades da Formação Profissional	11
4. Análise Geral da Caracterização das Escolas Profissionais	22
4.1. Estrutura Organizacional	22
4.2. Capacidade Formativa	24
4.3. Oferta Formativa	26
4.3.1. Cursos por Áreas	27
4.3.2. Formandos por Curso	32
4.3.3. Rendimento da Formação	33
4.4. Situação Financeira Atual	37
4.5. Potencialidades e Debilidades das EP - SWOT	39
5. Proposta de Modelo de Financiamento	45
5.1. Reequilíbrio Financeiro	45
5.2. Modelo Financeiro	49
5.2.1. Modelo de Financiamento das NFM	50



5.2.2. Modelo de Participação	54
6. Conclusões e Recomendações	57
7. Bibliografia.....	61



Lista de Figuras

Figura 1. Percentagem de alunos no ensino profissional sobre o total de alunos no ensino regular e profissional.....	13
Figura 2. Taxa de participação no ensino profissional	14
Figura 3. Taxa de participação em curso profissionais em estabelecimentos de ensino privado	15
Figura 4. Taxa de participação em cursos de dupla certificação nas modalidades do ensino secundário orientadas para jovens	16
Figura 5. Capacidade formativa, por ano letivo	25
Figura 6. N.º de turmas/cursos, por ano letivo	27
Figura 7. Turmas por tipologia de curso, de 2013/2014 a 2021/2022.....	27
Figura 8. N.º de turmas/cursos, por área (família profissional), de 2013/2014 a 2021/2022	29
Figura 9. N.º de formandos, por ano letivo	32
Figura 10. N.º de formandos, por tipologia de curso, de 2013/2014 a 2021/2022	32
Figura 11. Rendimento da formação, por curso completo e por ano letivo	34
Figura 12. Rendimento da formação, por curso completo e por ano letivo - cursos profissionais	35
Figura 13. Rendimento da formação profissional, por curso completo e por área (família profissional)	36
Figura 14. Pontos Fortes (S) e Pontos Fracos (W)	39
Figura 15. Oportunidade (O) e Ameaças (T).....	41
Figura 16. Esquema de um instrumento financeiro estável	52



Lista de Tabelas

Tabela 1. Metas para a Agenda Regional para a Qualificação Profissional – Horizonte 2030.....	17
Tabela 2. Formação profissional, Fundo Social Europeu e PO Açores 2020	19
Tabela 3. Estrutura organizacional, reportado a 2021/2022	24
Tabela 4. Capacidade formativa, no ano letivo 2021/2022	26
Tabela 5. Cursos concluídos, por e área de curso entre 2013/2014 e 2021/2022	31
Tabela 6. Rendimento da formação	37
Tabela 7. Apuramento das necessidades de reequilíbrio financeiro entre 2014-2021	46
Tabela 8. Índice de preços no consumidor entre 2014 e 2021 - taxa de variação média anual - Açores.....	55
Tabela 9. Tabela normalizada de custos unitários por turma por ano letivo, em vigor e estimados para 2022.....	55



Lista de Abreviaturas

AE - Ativo Económico	EPRG - Escola Profissional da Ribeira Grande
APRODAZ - Associação para a Promoção do Desenvolvimento dos Açores	EPROSEC - Escola Profissional do Sindicato de Escritório e Comércio da Região Autónoma dos Açores
CCIPD - Câmara do Comércio e Indústria de Ponta Delgada	EPSCMAH - Escola Profissional da Santa Casa da Misericórdia de Angra do Heroísmo
CET - Cursos de Especialização Tecnológica	EPVFC - Escola Profissional de Vila Franca do Campo
CMVMC - Custo das Mercadorias Vendidas e das Matérias Consumidas	FM - Fundo de Maneio
CPer - Capitais Permanentes	FSE - Fornecimentos e Serviços Externos
DAF - Direção Administrativa e Financeira	GFO - Gastos Fixos Operacionais
DEP - Direção Executiva e Pedagógica	GVO - Gastos Variáveis Operacionais
DG - Direção Geral	INETESE - Instituto de Educação Técnica
DRQPE - Direção Regional da Qualificação Profissional e Emprego	IPC - Índice de Preços no Consumidor
DTG - Direção Técnico-Pedagógica	MEP - Escola Profissional da Santa da Misericórdia de Ponta Delgada
ENTA - Escola de Novas Tecnologias dos Açores	MLP - Médio e Longo Prazo
EP - Escola Profissional	NFM - Necessidades de Fundo de Maneio
EPCCIPD - Escola Profissional da Câmara do Comércio e Indústria de Ponta Delgada	PO - Programa Operacional
EPH - Escola Profissional da Horta	RAA - Região Autónoma dos Açores
EPISJ - Escola Profissional da Ilha de São Jorge	RAI - Resultados Antes de Impostos
EPMJMAF - Escola Profissional Monsenhor João Maurício Amaral Ferreira	RO / ROa - Resultado Operacional / Resultado Operacional ajustado
EPN - Escola Profissional do Nordeste	SRJQPE - Secretaria Regional da Juventude, Qualificação Profissional e Emprego
EPP - Escola Profissional do Pico	TRL - Tesouraria Líquida
EPPV - Escola Profissional da Praia da Vitória	



1. Sumário Executivo

O estudo de diagnóstico do equilíbrio e sustentabilidade financeira das escolas profissionais de direito privado da RAA teve por objetivo duas questões fundamentais com foco no funcionamento contínuo, ininterrupto e sustentável da formação profissional na RAA:

- A situação de equilíbrio financeiro das EP e proposta de modelo individual de reequilíbrio financeiro para as EP em dificuldades; e
- A condição financeira necessária ao normal funcionamento da atividade formativa, incluindo o período de transição entre o PO Açores 2020 e o próximo PO Açores 2030, e proposta de um modelo financeiro que contribua para este designo.

Além da audição das 15 EP em reuniões presenciais individuais que foram realizadas até finais de julho, foi feita recolha de dados de execução física, financeira e de relato financeiro exclusivo e circunscrito à atividade formativa das 15 EP, a qual estendeu-se até finais de setembro. A informação recolhida permitiu uma perceção global da situação económica e financeira das 15 EP, assim como a perceção global das características, restrições e adaptabilidade do atual modelo financeiro.

Das 15 EP, 7 EP estão inseridas numa entidade com personalidade jurídica que apenas desenvolve a atividade de formação profissional, enquanto as restantes 8 EP estão inseridas numa entidade com personalidade jurídica que desenvolve outras atividades para além da formação profissional, das quais apenas 1 com evidência de relato financeiro completo circunscrito à atividade formativa. Em termos de personalidade jurídica, 9 EP estão inseridas em associações sem fins lucrativos, 4 EP estão inseridas nas respetivas Santa Casa de Misericórdia e 1 EP está inserida numa cooperativa sem fins lucrativos.



Em 2021/2022, a capacidade instalada contava com 155 salas de aulas teóricas (ST), 62 salas de aulas práticas (SP), 88 espaços educativos complementares (EEC) e 139 espaços de apoio (EA), registando uma diminuição de cerca de 10%, desde 2013/2014. Atualmente, a taxa de ocupação média estima-se por volta dos 47%. Entre 2013/2014 e 2021/2022, foram lecionadas 1.116 turmas/cursos, num total de 21.906 formandos, em que cerca de 77% das turmas e formandos foram de cursos profissionais, únicos a funcionar de forma ininterrupta. Por sua vez, cerca de 21% foram de turmas e formandos REATIVAR e cerca de 2% foram de turmas e formandos de CET.

Hotelaria e turismo, informática e atividades agrícolas e agroalimentares foram as 3 áreas profissionais com mais oferta formativa. 9 EP apresentam um padrão de especialização em pelo menos uma área de formação. Entre 2013/2014 e 2021/2022, o número de turmas/cursos diminuiu mais de 14%, enquanto o número de formandos diminuiu mais de 20%. Entre 2013/2014 e 2021/2022, concluíram-se 490 cursos (291 profissionais, 179 REATIVAR e 20 CET), com 7.790 formandos a completar o ciclo formativo, dos quais 82,2% com aprovação, resultante de 10.648 vagas abertas e 10.372 formandos admitidos. A taxa média de desistências foi de cerca de 24,9%, enquanto a taxa média de certificação (formandos aprovados/iniciantes) foi de 61,8%. O número médio de formandos que frequentam o curso até ao fim foi de cerca de 16.

Relativamente à situação de equilíbrio financeiro, de 15 EP, a 31 de dezembro de 2021, 10 EP não apresentam necessidades de reequilíbrio financeiro por apresentarem resultados correntes acumulados positivos, entre 2014 e 2021. As restantes 5 EP, por terem acumulado défices de exploração, entre 2014 e 2021, necessitam de reequilíbrio financeiro. No total das 5 EP, estima-se uma necessidade de reequilíbrio na ordem dos 2,1 milhões de Euros. Destas 5 EP, 3 EP encontravam-se, a 31 de dezembro, numa posição financeira difícil. Há registo de uma EP que embora apresente resultados correntes acumulados positivos, entre 2014 e 2021, colocando-a fora do lote das EP com necessidade de reequilíbrio



financeiro, a 31 de dezembro de 2021 apresentava-se numa posição financeira difícil, com um capital próprio negativo, por via de elevados resultados transitados negativos acumulados até 2014 (ou seja, ocorridos antes do período de análise do atual relatório).

Propõe-se que o reequilíbrio financeiro apurado para cada uma das 5 EP que dele carecem, seja concretizado via atribuição tempestiva, conforme cada caso, de subvenção pública não reembolsável, através de instrumento financeiro adequado para repor o equilíbrio financeiro das EP, referente aos serviços de formação profissional prestados na RAA entre 2014 e 2021.

Não obstante as medidas propostas de reequilíbrio financeiro, notou-se uma tendência generalizada de degradação considerável do desempenho económico ao longo dos últimos 8 exercícios económicos, com 8 EP a registarem resultados líquidos negativos em 2021. Esta circunstância tem levado as EP a dedicarem atenção quase exclusiva à gestão corrente nos últimos 8 anos, em detrimento de uma gestão estratégica, que decerto colocaria importantes desafios aos respetivos contributos no setor e à própria missão das escolas no futuro, só ultrapassáveis com o aproveitamento das potencialidades e mitigação das debilidades de cada uma das EP e do setor como um todo, assim como com a estabilização do modelo financeiro e com um programa de apoio financeiro ao reequipamento e requalificação das EP.

Como medida para reverter a tendência verificada e garantir a competitividade, proatividade e sustentabilidade da EP e do setor da formação profissional da RAA a curto, médio e longo prazo, propõe-se a adoção, em toda a oferta formativa participada, de um modelo financeiro com duas componentes: (1) Modelo de financiamento das NFM e (2) Modelo de participação à atividade de formação.

O modelo de financiamento das NFM proposto, assente no desenvolvimento e adoção de um instrumento financeiro estável, permitirá garantir a liquidez ao normal e contínuo funcionamento da atividade formativa, não só no período de transição entre o PO Açores 2020 e o próximo PO Açores 2030, mas também em futuras transições de quadros comunitários, independentemente das vicissitudes e constrangimentos do modelo



de participação a vigorar em cada momento. Este instrumento financeiro estável possui um potencial estruturante para o setor da formação profissional na RAA, fora do alcance dos financiamentos pontuais de curto prazo para cobrirem défices de tesouraria.

Uma operação contínua e sustentável financeiramente só será duradoura no tempo se, ao modelo de financiamento das NFM proposto, juntarmos um modelo de participação que minimize situações de explorações deficitárias por subparticipação aos serviços de formação profissional prestados pelas EP. Neste âmbito defende-se que a manutenção e estabilização do modelo de participação misto, com os devidos ajustamento e adaptações para o tornar mais justo e adequado à realidade da RAA, o qual deverá ser estendido à restante oferta formativa participada, a exemplo dos CET e REATIVAR.

2. Âmbito do Relatório

No âmbito do estudo de diagnóstico das escolas profissionais de direito privado da RAA, este relatório versa sobre as conclusões de todos os 15 diagnósticos do equilíbrio e sustentabilidade das EP de direito privado existentes na RAA, contemplando:

- Análise geral da caracterização das escolas profissionais, nomeadamente no que respeita à estrutura organizacional, capacidade formativa, oferta formativa, situação financeira atual, potencialidades e debilidades; e
- Apresentação de proposta de modelo de financiamento, que permita o reequilíbrio da situação financeira atual, assim como o funcionamento contínuo e ininterrupto das EP nos próximos anos formativos, incluindo o período de transição entre o PO Açores 2020 e o próximo PO Açores 2030. Neste campo, também é proposto o modelo de participação considerado mais adequado para o funcionamento futuro da formação profissional na RAA.



3. Potencialidades e Debilidades da Formação Profissional

A promoção das potencialidades e das oportunidades de formação profissional pode ajudar a Região Autónoma dos Açores a fazer face a alguns dos seus problemas estruturais.

A formação profissional, de acordo com a Convenção da UNESCO sobre Educação Técnica e Profissional, refere-se a todas as formas e níveis do processo educativo que envolve, para além da disseminação do conhecimento geral, dotar os formandos de conhecimentos práticos e tecnológicos para além do "..., *know-how* técnico, atitudes e compreensão em relação às profissões nos vários setores do plano económico e social". A formação em causa pode ser prestada "... em instituições de ensino ou através de programas organizados conjuntamente por instituições de ensino, por um lado, e o setor industrial, agrícola, comercial ou qualquer outra instituição relacionada ao mundo do trabalho, por outro".

O ensino técnico e profissional ocorre numa grande variedade de estruturas e sob diversas responsabilidades partilhadas, tanto no setor público quanto no privado. No que respeita ao seu financiamento, importa ter em conta fatores adicionais relacionados com as situações socioeconómicas, políticas e administrativas prevalentes nos respetivos países.

Apesar das limitações da política governamental, o investimento em capital humano, por meio do desenvolvimento educacional, contribui para a aceleração da taxa de crescimento económico, conforme anunciado nas mais recentes teorias de crescimento endógeno.



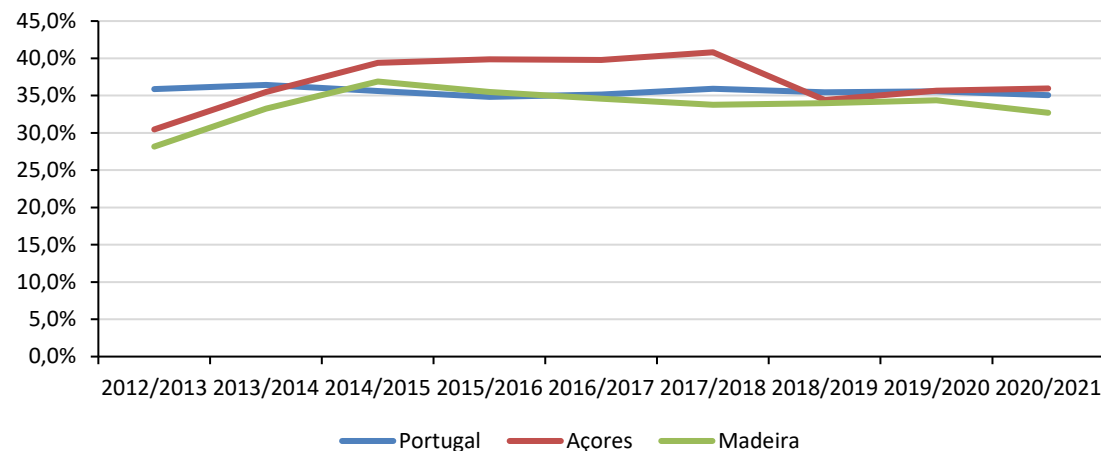
É, assim, dever de qualquer Estado/Governo garantir oportunidades iguais para estudantes de todas as origens socioeconómicas. O *status* socioeconómico pode afetar significativamente a participação dos alunos na educação, particularmente em níveis de educação que dependem, como em alguns países, mais fortemente de gastos privados, como educação e cuidados na primeira infância e ensino superior (OECD, 2021).

Na maioria dos países da OCDE, o status socioeconómico influencia mais os resultados da aprendizagem do que as questões do género e o status de imigrante. Em Portugal, a proporção de crianças do quartil inferior do índice PISA, de estatuto económico, social e cultural (ESCS), que atingiram pelo menos o nível 2 do PISA em leitura, em 2018, foi 29% inferior à de crianças do quartil superior da ESCS, com uma participação semelhante à média da OCDE (OECD, 2021). A mesma fonte refere que os alunos de origem socioeconómica mais baixa são mais propensos a ingressar em programas vocacionais de nível secundário do que em cursos gerais. Em Portugal, os alunos sem qualquer progenitor com nível superior de educação representavam 40% dos ingressos nos cursos profissionais do ensino secundário, contra 47% dos ingressos nos cursos do ensino regular.

As grandes diferenças no nível de escolaridade podem levar a uma maior desigualdade de rendimento em muitos países. Em Portugal, 9% dos adultos de 25 a 64 anos, com nível de escolaridade abaixo do ensino médio, ganharam metade ou menos do salário médio em 2018, abaixo da média na OCDE de 27% (OECD, 2021).

Por outro lado, “tipicamente, é menos provável que os alunos do ensino secundário profissional concluam a sua formação em comparação com os programas regulares. Portugal é uma exceção”, lê-se na edição do relatório “Education at a Glance” de 2020, da OCDE.

Figura 1. Percentagem de alunos no ensino profissional sobre o total de alunos no ensino regular e profissional

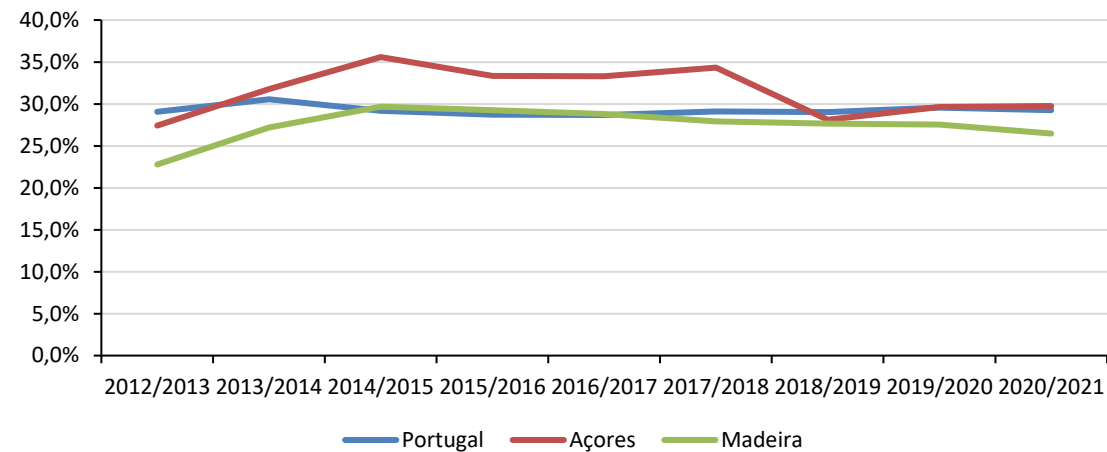


Fonte: Estatísticas da Educação da Direção-Geral de Estatísticas da Educação e Ciência

Em média, em Portugal e nos Açores, 35% dos estudantes do ensino secundário escolhem a via profissional (Figura 1). A média da OCDE situa-se nos 42%, mas é destacada a aposta do país no acesso ao mercado de trabalho e ensino superior. Os casos da Alemanha, da Suécia, da Lituânia e da Áustria são apenas alguns exemplos de países com taxas superiores à média europeia, que se situa nos 55% de alunos do ensino secundário em cursos profissionais. No norte da Europa alguns países têm cerca de 70% dos alunos a frequentar cursos profissionais, sendo esse fator muito relevante para o desenvolvimento socioeconómico das regiões e dos países em geral.

Se analisarmos o total da participação de alunos no ensino profissional no total geral de alunos, os valores são naturalmente inferiores, conforme se constata na Figura 2.

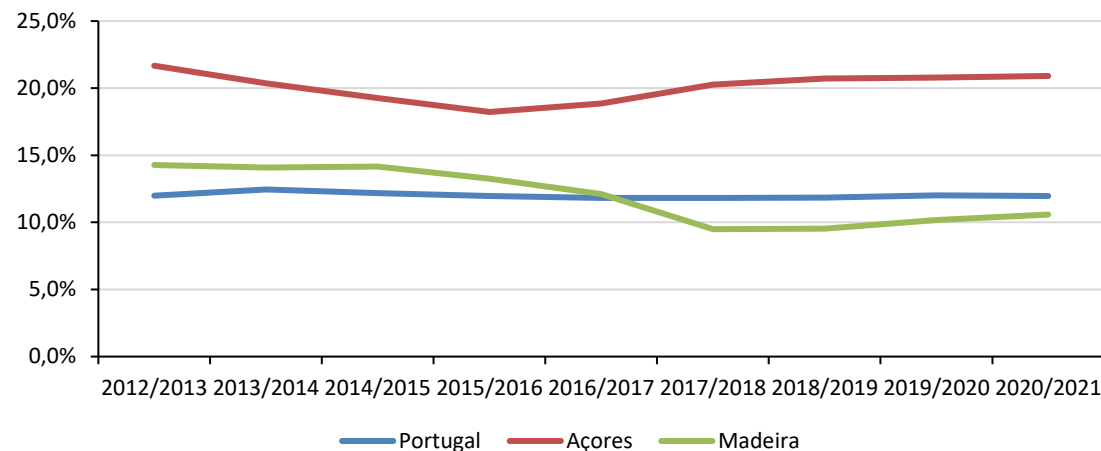
Figura 2. Taxa de participação no ensino profissional



Fonte: Estatísticas da Educação da Direção-Geral de Estatísticas da Educação e Ciência

No entanto, quando verificamos a percentagem de alunos no ensino profissional em escolas privadas, especializadas nesta tipologia de ensino, sobretudo no que se refere ao know-how técnico, ao contrário das escolas públicas claramente menos vocacionadas nestas áreas, os números anteriores são bastante reduzidos, como se pode analisar na Figura 3, representando cerca de 20%.

Figura 3. Taxa de participação em curso profissionais em estabelecimentos de ensino privado

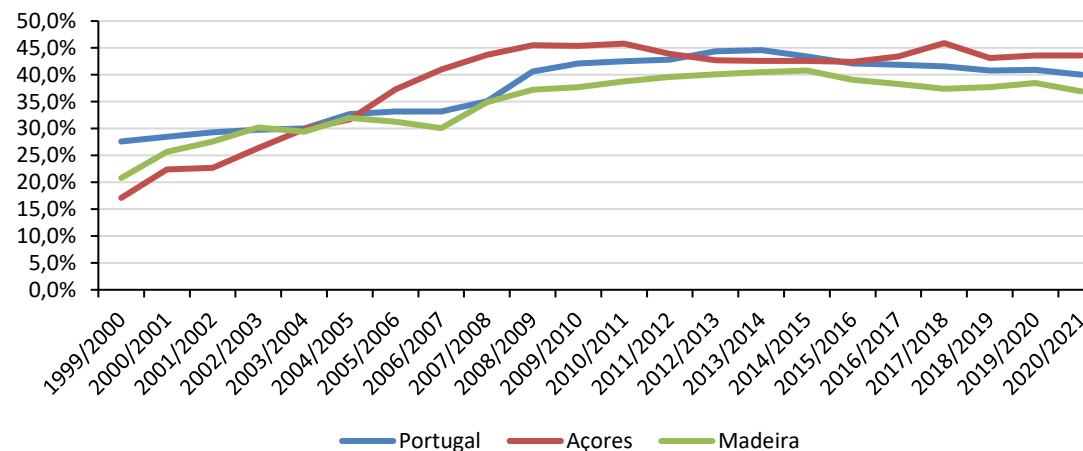


Fonte: Estatísticas da Educação da Direção-Geral de Estatísticas da Educação e Ciência

O relatório “Education at a Glance” de 2020, da OCDE, refere ainda que “para apoiar os alunos do ensino secundário profissional a transitar para o ensino superior e melhorar as perspetivas de carreira, muitos países criaram caminhos diretos do ensino profissional para níveis superiores”, tal como foi feito em Portugal.

Destaca-se também a maior facilidade que os alunos do ensino profissional têm de arranjar emprego face aos alunos que concluíram o ensino regular. Os dados da OCDE apontam que em 2019, 88% dos jovens com idades compreendidas entre os 25 e os 34 anos, que se qualificaram no ensino profissional, estavam empregados, face aos jovens com o 12º ano do ensino regular, que representam 83%. É realçada também a superior taxa de emprego entre jovens da mesma faixa etária, com licenciaturas, vindos do ensino profissional.

Figura 4. Taxa de participação em cursos de dupla certificação nas modalidades do ensino secundário orientadas para jovens



Fonte: Estatísticas da Educação da Direção-Geral de Estatísticas da Educação e Ciência

Deste modo, cabe à tutela da Educação e da Formação Profissional, o dever de informar bem os pais ou encarregados de educação e os alunos sobre as diferentes ofertas educativas e formativas e encaminhar os jovens que terminam o 9.º ano, de acordo com as suas tendências vocacionais, para os cursos científico-humanísticos ou para os cursos profissionais, sem qualquer estigma ou lógicas corporativas que ainda persistem no nosso sistema de ensino e que prejudicam o futuro de muitos jovens, de modo a incrementar as taxas de participação em cursos profissionais e de dupla certificação dos jovens, estagnadas nos últimos 10 anos (Figura 4). Esta deve ser uma preocupação do governo e dos agentes económicos e sociais dado que os países mais desenvolvidos da Europa e da OCDE são os que mais apostam na formação inicial dos seus jovens e na formação ao longo da vida dos adultos menos escolarizados e qualificados.

Tabela 1. Metas para a Agenda Regional para a Qualificação Profissional – Horizonte 2030

Meta	Situação em 2020	Meta 2025	Meta 2030
1. Abandono escolar precoce na RAA (%)	27%	25%	15%
2. Jovens e jovens adultos (15-34 anos) nem em Emprego, nem em Educação/Formação (NEEF), na RAA (%)	19,3%	15%	10%
3. Jovens (15-21 anos) a frequentar formação profissional de nível IV (público+privado), na RAA (%)	10%	20%	25%-35%
4. Jovens açorianos (18-30 anos) a frequentar formação profissional de nível V, na RAA (total)	53	150	225
5. Adultos (> 18 anos) em atividades formativas, em contexto de trabalho, anualmente (total)	450	900	1500
6. Adultos (> 18 anos) com qualificações baixas, envolvidos em processos de aprendizagem, anualmente, através da rede Valorizar (total)	450	660	400
7. Redução do peso dos desempregados de longa duração no desemprego total da RAA (%)	37,6%	32%	25%
8. Empresas açorianas que implementaram processos formativos, ao longo do ano, de acordo com o Relatório Único (%)	15%	20%	30%

Legenda: ST – Salas teóricas; SP – Salas práticas; EEC – Espaços educativos complementares; EA – Espaços de apoio.

Fonte: Agenda Regional para a Qualificação Profissional – Horizonte 2030

Neste sentido, o Governo Regional dos Açores lançou, em fevereiro de 2022, a Agenda Regional para a Qualificação Profissional, a qual preconiza um conjunto de metas para o horizonte temporal de 2030. No que concerne ao ensino profissional, espera-se que a percentagem de jovens a frequentar formação profissional de nível IV, que se situava em 10% em 2020, atinja um valor entre 25% e 35% em 2030 (Tabela 1). Da mesma



forma, pretende-se uma melhoria do número de jovens a frequentar a formação profissional de nível V, de modo a que se consiga que possam mais do que quadruplicar no espaço de uma década.

O financiamento, no entanto, é uma questão crucial para a formação profissional, tal como a própria formação profissional é para o desenvolvimento de recursos humanos em qualquer região ou país, independentemente do estágio de desenvolvimento dessas economias.

Quando são os governos que financiam as instituições de formação profissional, cabe a eles o controlo do volume de recursos alocados ao ensino profissional, de acordo com as prioridades dos setores sociais e económicos (Ducci, 1991). No entanto, são também capazes de exercer controlo sobre a qualidade dos programas ministrados.

A formação deve responder à procura e às necessidades do mercado de trabalho, de modo a tornar-se rentável, através da prestação de formação de boa qualidade e que conduza a altas taxas de empregabilidade (Banco Mundial, 1991).

No entanto, as contribuições públicas são muitas vezes controladas por políticas restritivas, por diversos motivos de âmbito orçamental e/ou de regras do Fundo Social Europeu, pelo que as instituições de formação profissional, que dependem exclusivamente de fundos públicos, correm o risco de estagnar ou regredir com a deterioração do seu planeamento e da eficiência dos seus limitados recursos.

Na RAA os gastos totais com a formação profissional representam pouco mais de 33% do valor total do Fundo Social Europeu 2020 e não representam mais de 10% do valor total do PO AÇORES 2020, conforme consta da Tabela 2.

Tabela 2. Formação profissional, Fundo Social Europeu e PO Açores 2020

Cursos/Fundo Social Europeu/PO Açores 2020	Valor	FSE2020 (%)	POA2020 (%)
Cursos profissionais, formações modulares e CET	122 689 149€	33,4%	9,9%
Cursos profissionais	97 920 460€	26,7%	7,9%
PROFIJ	4 257 446€	1,2%	0,3%
Total do Fundo Social Europeu 2020 (FSE2020)	366 942 457€	100,0%	29,7%
Total do PO Açores 2020 (POA2020)	1 233 480 882€	-	100,0%

Legenda: PO – Programa Operacional.

Fonte: Direção Regional do Planeamento e Fundos Estruturais (2021, 2022)

Quando a formação profissional é financiada pelo Estado, normalmente é este que controla o currículo, a certificação e a qualificação dos professores (Banco Mundial, 1988).

Na literatura, consegue-se apurar um conjunto de vantagens e desvantagens dos modelos de financiamento. São várias as vantagens do financiamento público da formação profissional, como se podem enumerar algumas delas:

1. É responsabilidade dos governos coordenar os requisitos de acordo com a procura estimada nas políticas económicas e de emprego;
2. Nos sistemas públicos existe maior equidade na distribuição de fundos. Os sistemas de formação profissional com financiamento público oferecem mais oportunidades às camadas mais pobres da sociedade. Note-se que esta via de formação pode ser a única oportunidade de alguns jovens se tornarem diplomados;



3. A centralização é mais eficaz quando as instituições não são muito desenvolvidas (no entanto, não é desejável quando as instituições se tornam desenvolvidas, pois nessa fase é necessário dar maior autonomia às mesmas).

No entanto, também se podem apontar desvantagens:

1. O maior problema potencial é o do subfinanciamento, derivado da escassez de fundos públicos orientados para a educação e de recursos para a formação profissional;
2. Por vezes os governos estão sob pressão para abrirem mais instituições de formação profissional, mesmo quando os recursos são desajustados. Isto leva à implementação de programas que são subfinanciados e a qualidade da formação pode diminuir e colocar em perigo a sustentabilidade do próprio sistema;
3. Recursos e/ou regras de financiamento não estabilizadas. Por vezes existem variações na alocação dos orçamentos educacionais ou alterações de regras, que originam risco financeiro para as instituições e que podem afetar os programas de formação profissional;
4. Por vezes, os novos programas recebem apoios suplementares, mas as prioridades podem mudar devido a considerações políticas;
5. A alocação desequilibrada de recursos. Às vezes, há um maior investimento em custos de capital e não há provisão suficiente para despesas recorrentes, ou o seu contrário (como aconteceu no último quadro comunitário de apoio);
6. Os baixos rendimentos dos professores afetam negativamente a qualidade do ensino e, conseqüentemente, podem afetar o desempenho dos alunos;



7. Nos sistemas centralizados há tendência para altos custos administrativos, falta de flexibilidade e falta de resposta aos requisitos do mercado de trabalho;
8. A relação custo-eficiência da formação profissional através do financiamento público é baixa em muitos países, uma vez que as instituições públicas de formação não estão muito interessadas em avaliar as necessidades qualitativas e quantitativas da formação (Ducci, 1991);
9. Currículos preparados de forma rígida, nas instituições públicas, impedem que as instituições respondam às necessidades de formação identificadas localmente; e
10. As instituições públicas são menos capazes do que as instituições privadas de ajustar a formação ao mercado de trabalho, face às rápidas mudanças tecnológicas que tendem a ocorrer com cada vez maior frequência.

A formação, para ser bem-sucedida, deve concentrar-se na escolha de objetivos adequados, na melhoria da orientação para o mercado e na adequação das políticas às necessidades do mercado de trabalho, utilizando os recursos de forma eficiente e diversificando as fontes de financiamento.

Quando o financiamento público é a única fonte de apoio à formação profissional, as instituições podem enfrentar flutuações nas respetivas dotações orçamentais. Isso pode causar escassez de recursos, o que pode levar a programas de menor qualidade e à incerteza da recuperação dos potenciais investimentos.



Cabem aos governos o dever de continuar a financiar a formação profissional, mesmo que através de receitas públicas do seu orçamento, uma vez que é sua a responsabilidade geral pelo desenvolvimento dos recursos humanos no país e nas regiões. Sem um investimento adequado em educação, é quase impossível promover o desenvolvimento de uma região.

Pode-se concluir que o financiamento racional da educação profissional e contínua constitui um dos desafios prioritários em qualquer país ou região, afetando de forma positiva os níveis de emprego e de produtividade.

No PO Açores 2030, continuará a ser um objetivo estratégico as “ofertas de educação/formação profissionalizantes”. Considera-se que “as operações estratégicas visam apoiar a qualificação inicial de jovens nas vias profissionalizantes para a conclusão do ensino secundário”, preconizando “a aposta em vias de formação dual ou com uma relevante componente de formação em contexto real de trabalho” de modo a “reduzir a incidência do abandono escolar precoce, bem como aumentar a empregabilidade dos jovens, através da alternância entre os contextos de formação e de trabalho” (através de cursos profissionais e os cursos de especialização tecnológica).

4. Análise Geral da Caracterização das Escolas Profissionais

Neste capítulo é descrita a evolução da estrutura organizacional, da capacidade formativa instalada e utilizada, assim como da oferta formativa de cada EP em estudo.

4.1. Estrutura Organizacional

A Tabela 3 reúne as principais características organizacionais das 15 EP. Em termos de personalidade jurídica, Associação Sem Fins Lucrativos (ASFL) é a forma jurídica mais comum, com 9 EP, seguindo-se a Associação de Fiéis (AF), habitualmente conhecida por Santa Casa da



Misericórdia, com 4 EP. A EPRG assume a forma jurídica de Cooperativa Sem Fins Lucrativos (CSFL) enquanto a EPPV assume a forma jurídica de Fundação.

Atualmente, das 15 EP, 7 EP estão inseridas numa entidade com personalidade jurídica que apenas desenvolve a atividade de formação profissional (FP), enquanto as restantes 8 EP estão inseridas numa entidade com personalidade jurídica que desenvolve outras atividades (AO) além da formação profissional (FO). Destas 8 EP, apenas uma EP apresentou evidências da existência de relato financeiro anual formal (Balanço, Demonstração de Resultados, Demonstração dos Fluxos de Caixa e Anexo) circunscrito à atividade da EP, com as restantes 7 EP a disponibilizarem apenas o relato financeiro anual formal, consolidado com todas as atividades desenvolvidas pelas respetivas entidades, com os inconvenientes daí resultantes no que respeita a uma análise fidedigna do desempenho económico e posição financeira ao longo do tempo destas EP, ainda que haja um registo analítico por centro de custo.

Em termos de estrutura orgânica de direção, 2 EP optaram por uma única direção executiva e pedagógica (DEP), uma EP por uma direção executiva e pedagógica (DEP) e uma direção administrativa e financeira (DAF), enquanto as restantes 12 EP optaram por direção geral (DG), uma direção técnico-pedagógica (DTP) e uma direção administrativa e financeira (DAF). Em termos de órgão consultivos, todas cumprem com um conselho técnico-pedagógico (CTP) e um conselho consultivo (CC), com exceção de 3 EP que prescindem do conselho consultivo (CC).

Todas as 15 EP cumprem nos seus estatutos com artigo 6.º, do Decreto-Lei 4/98, de 8 de janeiro, no que se refere à sua autonomia jurídica, científica, pedagógica e cultural.

Tabela 3. Estrutura organizacional, reportado a 2021/2022

Estrutura	Forma jurídica				Atividades desenvolvidas		Organograma da escola Profissional						Autonomia AJCPC	Equipa pedagógica		
	ASFL	AF	CSFL	FUND	FP	OA	DG/CA*	DEP	DTP	DAF	CTP	CC		FI	FE	PA
TOTAL	9	4	1	1	15	8	12	3	12	13	15	12	15	28	494	178

Legenda: ASFL – Associação sem fins lucrativos; AF – Associação de fiéis; CSFL – Cooperativa sem fins lucrativos; FUND - Fundação; DG – Direção geral; DEP – Direção executiva e pedagógica; CA – Conselho de administração; DTP – Direção técnico-pedagógica; DAF – Direção administrativa e financeira; CTP – Conselho técnico-pedagógico; CC – Conselho consultivo; AJCPC – Autonomia jurídica, científica, pedagógica e cultural; FI – Formadores internos; FE – Formadores externos; PA – Pessoal de Apoio; FP – Formação Profissional; OA – Outras atividades.

Relativamente à equipa pedagógica, no total das 15 EP, em 2020/2021, estas contavam com 28 formadores internos, em regime de trabalho dependente (FI), 15 dos quais pertencentes a uma única EP, 494 formadores externos, em regime de trabalho independente (FE), e 178 colaboradores de apoio (PA) à ação formativa, constituída por auxiliares e administrativos. Todas as EP, exceção de uma EP, privilegiam os formadores externos em detrimento dos formadores internos, sendo que 8 EP não possuem um único formador interno.

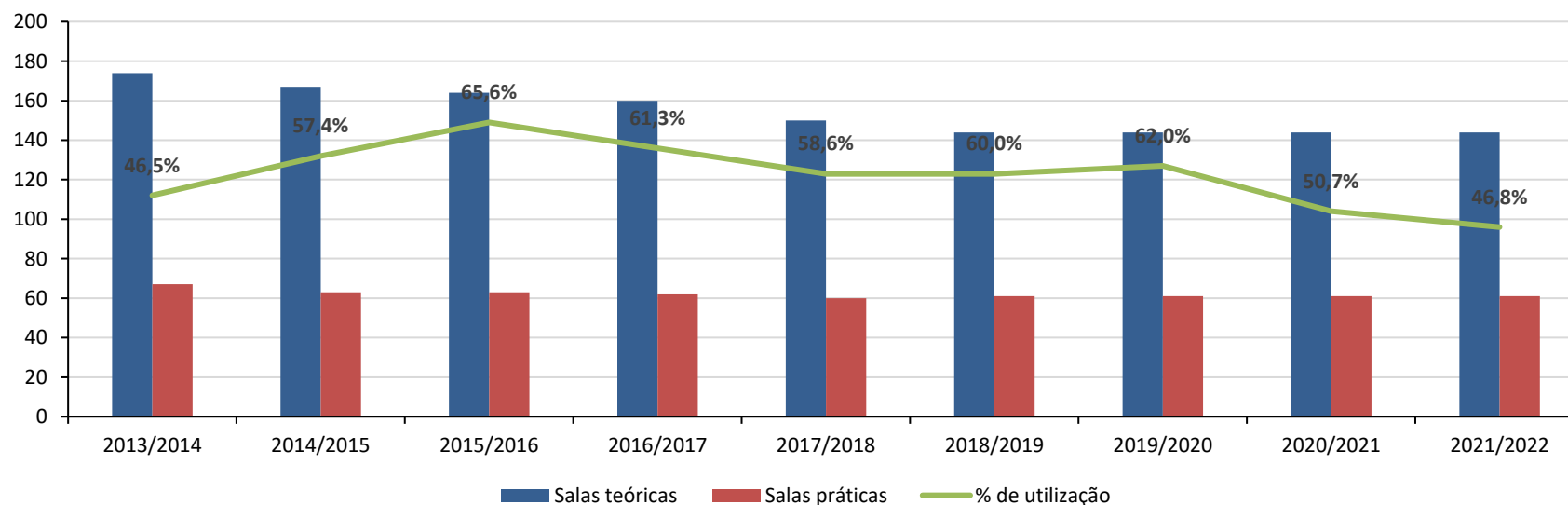
4.2. Capacidade Formativa

No total das 15 EP, esteve disponível, por ano letivo, uma média de 155 salas de aulas teóricas (ST), 62 salas de aulas práticas (SP), 88 espaços educativos complementares (EEC) e 139 espaços de apoio (EA). Entre 2013/2014 e 2021/2022, assistiu-se a uma diminuição de cerca de 10% da capacidade instalada.

Tendo em conta o número de turmas/cursos lecionados por ano letivo e o número de salas de aula disponíveis em cada momento, estima-se que a taxa média de utilização variou entre 46,5%, em 2013/2014, e 46,8%, em 2021/2022, com o pico de utilização da capacidade instalada a acontecer em 2015/2016, com 65,6% (Figura 5). A média dos últimos 9 anos letivos aponta para uma taxa de utilização de cerca de 56,5%.

Em 2021/2022, cerca de 53,2% dos recursos materiais principais afetos à formação profissional estavam desocupados, por conseguinte disponíveis para acolher um maior volume de formação profissional.

Figura 5. Capacidade formativa, por ano letivo



Fonte: Todas as EP

Da análise à Tabela 4, verifica-se que a maior taxa média de utilização da capacidade instalada por EP, em 2021/2022, foi de 87,5%, enquanto que a mais baixa taxa média de ocupação foi de 25%. Em termos de área coberta afeta à formação profissional por EP, esta varia entre os 8.087 m² e os 120m².



Tabela 4. Capacidade formativa, no ano letivo 2021/2022

Capacidade	ST	SP	EEC	EA	Taxa média de utilização	Área coberta (divulgada) (m ²)
TOTAL (MÉDIA)	144	61	88	134	(50,5%)	2.372

Legenda: ST – Salas teóricas; SP – Salas práticas; EEC – Espaços educativos complementares; EA – Espaços de apoio.

4.3. Oferta Formativa

Em termos de oferta formativa, os cursos são organizados por níveis de qualificação profissional: cursos profissionais de nível IV; cursos de especialização tecnológica (CET) de nível V; e cursos do programa REATIVAR, de nível III e IV.

Os cursos profissionais, destinados a jovens com a escolaridade mínima obrigatória e idade inferior a 25 anos, são de dupla certificação, ou seja, são cursos que conferem não só o diploma de nível secundário de educação, como também o certificado de qualificação profissional de nível IV.

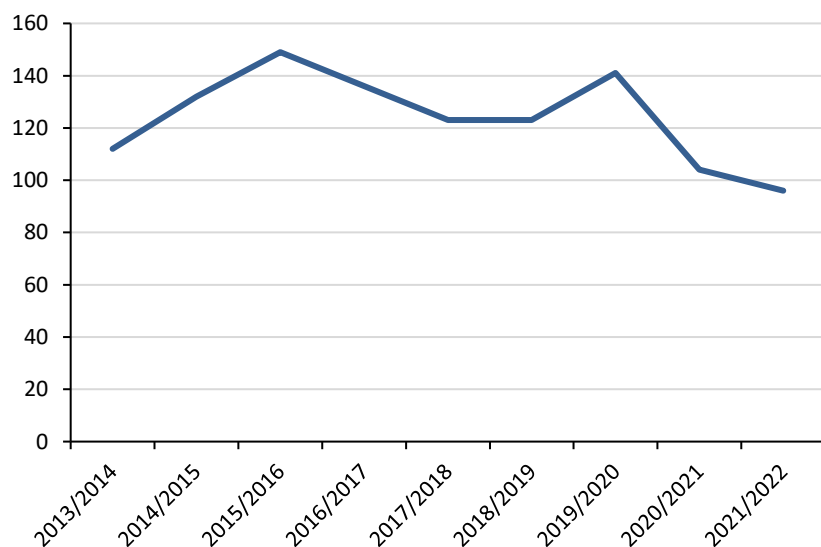
Por sua vez, os CET destinam-se a jovens até 30 anos, com o 12.º ano de escolaridade, e conferem o direito a um diploma de especialização tecnológica (DET) que, por sua vez, dá acesso a um certificado de aptidão profissional (CAP).

Por fim, o programa REATIVAR visa qualificar adultos, com idade igual ou superior a 18 anos, com ou sem a escolaridade mínima obrigatória, que visam obter dupla certificação.

4.3.1. Cursos por Áreas

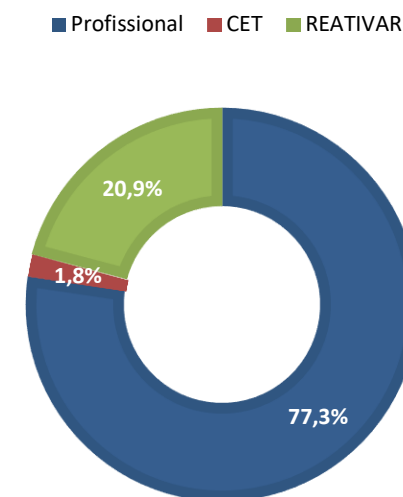
No decorrer dos últimos 9 anos letivos, foram lecionados entre 149 (2015/2016) e 96 (2021/2022) turmas/cursos por ano. De 2013/2014 a 2021/2022, foram lecionadas 1.116 turmas/cursos, em que 77,3% das turmas foram de cursos profissionais, únicos a funcionar de forma ininterrupta. Por sua vez, 20,9% foram de cursos REATIVAR e 1,8% das turmas foram de CET.

Figura 6. N.º de turmas/cursos, por ano letivo



Fonte: Todas as EP

Figura 7. Turmas por tipologia de curso, de 2013/2014 a 2021/2022



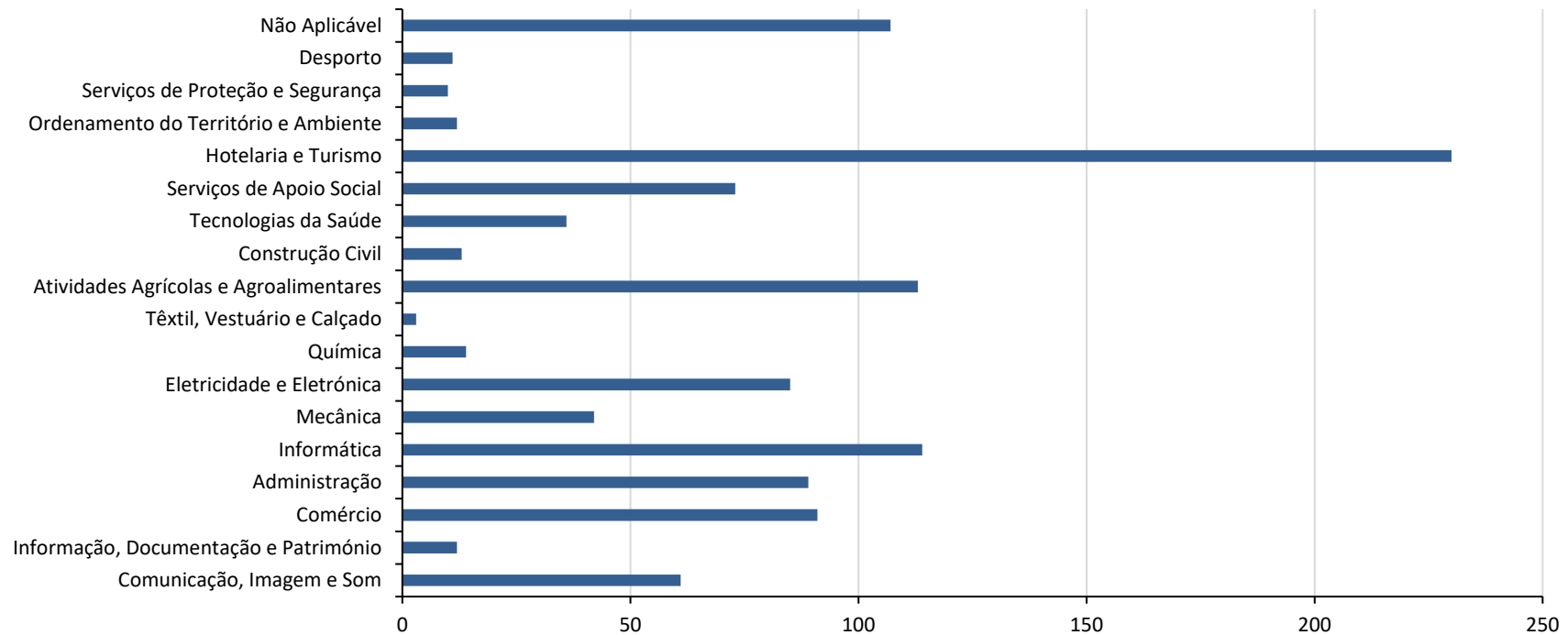
Fonte: Todas as EP



Em todos os anos letivos houve a abertura cursos (1.º ano curricular), destacando-se 2014/2015 e 2019/2020, com 71 e 76 cursos abertos, respetivamente. O ano letivo de 2021/2022 foi o ano letivo com menor abertura de cursos, registando-se apenas 30, seguido dos anos letivos 2013/2014 e 2020/2021, com 38 cursos abertos em cada ano letivo.

De entre as 17 diferentes áreas identificadas, em todas as EP com formação no período analisado, a maioria das turmas/cursos lecionados pertencem à área de hotelaria e turismo, com 230 turmas/cursos, seguindo-se a área de informática, com 114 turmas/cursos e a área de atividades agrícolas e agroalimentares, com 114 turmas/cursos. As áreas com menor número de turmas/cursos foram a área têxtil, vestuário e calçado e a área de serviços de proteção e segurança, com 3 e 10 turmas/cursos, respetivamente.

Figura 8. N.º de turmas/cursos, por área (família profissional), de 2013/2014 a 2021/2022



Fonte: Todas as EP

Dos 490 cursos concluídos, entre 2013/2014 e 2021/2022, constantes da Tabela 5, 291 respeitam a cursos profissionais e os restantes 199 a cursos REATIVAR e CET, dos quais 80 correspondentes à área OUT da Tabela 5. Dos 409 cursos profissionais, a área (família



profissional) com maior número foi a hotelaria e turismo (HTU), com 98 cursos concluídos, seguindo-se a área Informática (INF), com 44 cursos concluídos e a área de atividades agrícolas e agroalimentares (AAA), com 43 cursos concluídos. A área têxtil, vestuário e calçado (TVC) e a área de desporto (DES) são as com menos número de cursos concluídos, com 2 e 3, respetivamente.

Para aferir uma tendência para a especialização das EP em cursos profissionais, considerámos a experiência acumulada no período analisado, pelo que em termos de cursos concluídos 9 EP tendem para as seguintes especializações:

- Áreas da administração (ADM), da comunicação imagem e som (CIS) e da informática (INF), considerando os 22 cursos concluídos, de um total de 38 cursos profissionais concluídos pela EP;
- Áreas da informática (INF), da eletricidade e eletrónica (ELE) e da química (QUI), considerando os 30 cursos concluídos, de um total de 36 cursos profissionais concluídos pela EP e atendendo ao facto de ser a única EP na RAA a oferecer cursos na área da química (QUI);
- Área do comércio (COM), considerando os 13 cursos concluídos, de um total de 26 cursos profissionais concluídos pela EP em todas as áreas;
- Área da hotelaria e turismo (HTU), considerando os 13 cursos concluídos, de um total de 29 cursos profissionais concluídos pela EP;
- Área de serviços de apoio social (SAS), considerando os 7 cursos concluídos, de um total de 24 cursos profissionais concluídos pela EP;



- Áreas de serviços de apoio social (SAS) e da construção civil (CCI), considerando os 13 cursos concluídos, de um total de 37 cursos profissionais concluídos pela EP;
- Área da hotelaria e turismo (HTU), considerando os 11 cursos concluídos, de um total de 26 cursos profissionais concluídos pela EP;
- Área da hotelaria e turismo (HTU), considerando os 19 cursos concluídos, de um total de 50 cursos profissionais concluídos pela EP; e
- Áreas da mecatrónica (MEC) e de atividades agrícolas e agroalimentares (AAA), considerando os 18 cursos concluídos, de um total de 25 cursos profissionais concluídos pela EP.

A EP com mais cursos concluídos registou 57, enquanto a EP com menos cursos concluídos registou 14.

Tabela 5. Cursos concluídos, por e área de curso entre 2013/2014 e 2021/2022

Cursos Concluídos	Área (família profissional) dos Cursos																		
	CIS	IDP	COM	ADM	INF	MEC	ELE	QUI	TVC	AAA	CCI	TSA	SAS	HTU	OTA	SPS	DES	OUT	TOTAL
TOTAL	23	4	36	34	44	16	37	5	2	43	9	11	33	98	6	6	3	80	490

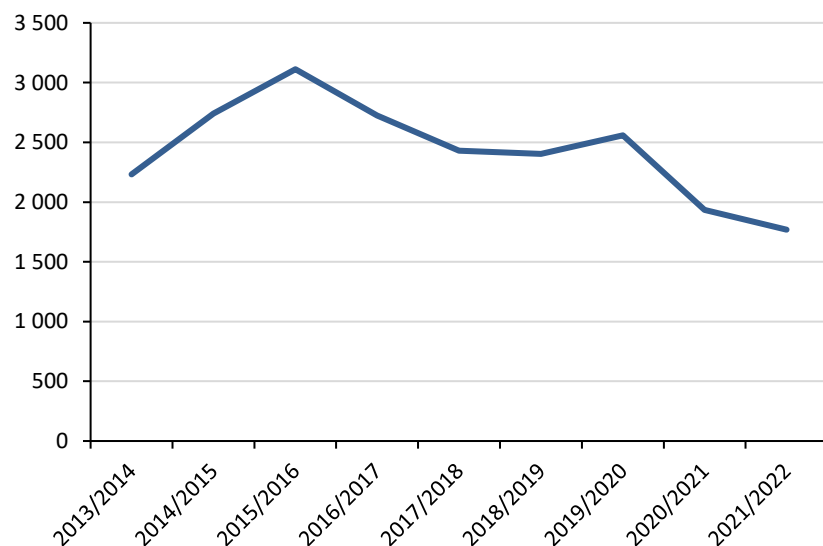
Legenda: CIS – Comunicação, imagem e som; IDP - Informação, documentação e património; COM – Comércio; ADM – Administração; INF – Informática; MEC – Mecânica; ELE – Eletricidade e eletrónica; QUI – Química; TVC – Têxtil, vestuário e calçado; AAA – Atividades agrícolas e agroalimentares; CCI – Construção civil; TSA – Tecnologias da saúde; SAS – Serviços de apoio social; HTU – Hotelaria e turismo; OTA – Ordenamento do território e ambiente; SPS – Serviços de proteção e segurança; DES – Desporto; OUT – Outros.

Fonte: Todas as EP

3.3.2 Formandos por Curso

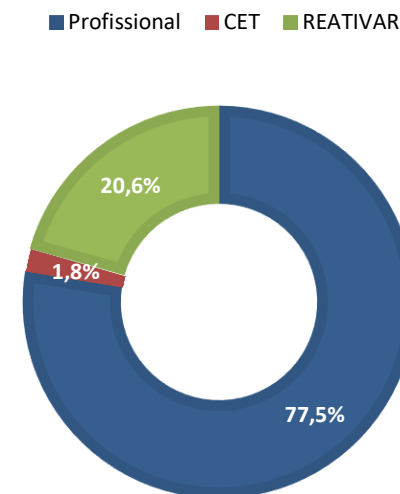
Nos últimos 9 anos letivos as 15 EP ministraram formação (em termos acumulados de frequência anual) a 21.906 formandos, dos quais 16.985 em cursos profissionais, correspondendo a cerca de 77,5% do total, distribuídos por 286 edições de 75 cursos profissionais diferentes.

Figura 9. N.º de formandos, por ano letivo



Fonte: Todas as EP

Figura 10. N.º de formandos, por tipologia de curso, de 2013/2014 a 2021/2022



Fonte: Todas as EP



O número total de formandos por ano registou, em média, uma tendência crescente até 2015/2016, alcançando o pico de 3.112 formandos. A partir desse ano a tendência passou a decrescente, registando no último ano letivo 1.769 formandos, representando uma perda de 20,74%, face aos 2.232 formandos admitidos em 2013/2014.

3.3.3 Rendimento da Formação

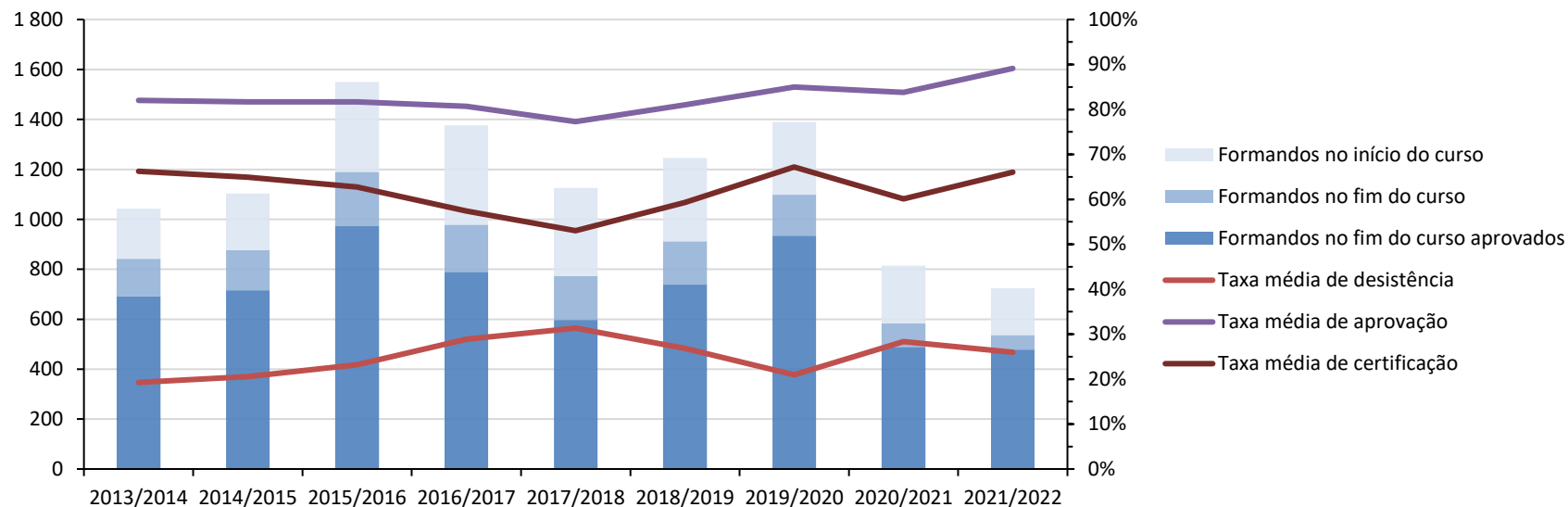
Em todo o período analisado, considerando todas as EP investigadas e os respetivos cursos ministrados, concluíram-se 490 cursos (291 profissionais, 179 REATIVAR e 20 CET), com 7.790 formandos a completar o ciclo formativo, dos quais 82,2% com aprovação, resultante de 10.648 vagas abertas e 10.372 formandos admitidos. A taxa média de desistências foi de cerca de 24,9%, enquanto a taxa média de certificação (formandos aprovados/iniciantes) foi de 61,8%.

Da análise à Figura 11, verifica-se que ao longo dos 9 anos letivos, a taxa média de desistências passou de cerca de 19,27%, em 2013/2014, para uma estimativa de cerca de 26%, em 2021/2022, numa tendência quase sempre crescente. Esta tendência contrasta com a taxa média de certificação, que em 2013/2014 registou 66,3%, diminuindo até os 53%, em 2017/2018, para depois voltar a alcançar cerca de 66%, no ano letivo de 2021/2022.

O ano letivo de 2019/2020, foi o ano com maior rendimento formativo, com 74 cursos concluídos (32 profissionais; 37 REATIVAR e 5 CET), com 1.099 formandos a completar o ciclo formativo, com cerca de 85% de aprovação, resultantes de 1.494 vagas abertas, para 1.390 formandos admitidos. A taxa média de desistência foi de cerca de 20,9%, enquanto a taxa média de certificação foi de 67,2%.

O ano letivo de 2021/2022 deverá ser o de menor rendimento registado na formação, com a estimativa de menos formandos a completar o ciclo formativo com aprovação (536), em resultado do menor n.º de vagas abertas (754) e do menor número de formandos admitidos (724).

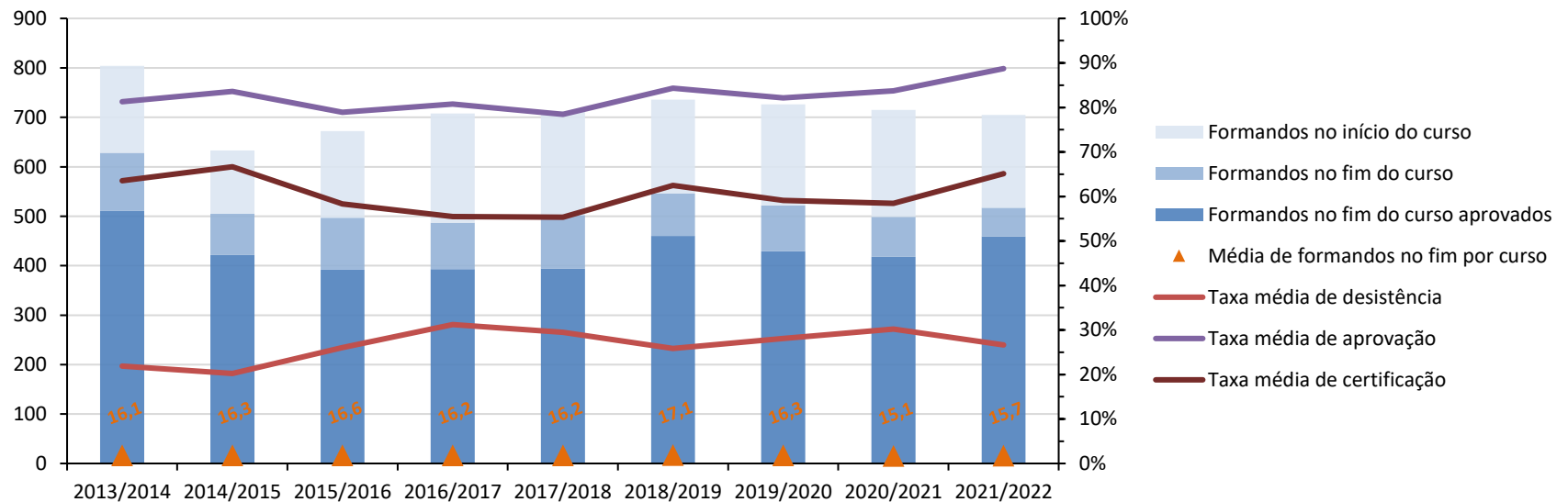
Figura 11. Rendimento da formação, por curso completo e por ano letivo



Fonte: Todas as EP

Os cursos profissionais representam mais de 77% da atividade formativa de todas as 15 EP. A Figura 12 mostra que o ano letivo de 2013/2014 foi o mais profícuo, com 628 formandos a completar o período formativo, dos quais cerca de 81,3% com aprovação. O número médio de formandos que completaram o ciclo formativo, por curso, passou do valor de 16,1 formandos por curso, em 2013/2014, para o máximo de 17,1 formandos por curso, em 2018/2019, vindo a decrescer deste então até aos 15,7 formandos por curso concluído, estimado para 2021/2022.

Figura 12. Rendimento da formação, por curso completo e por ano letivo - cursos profissionais

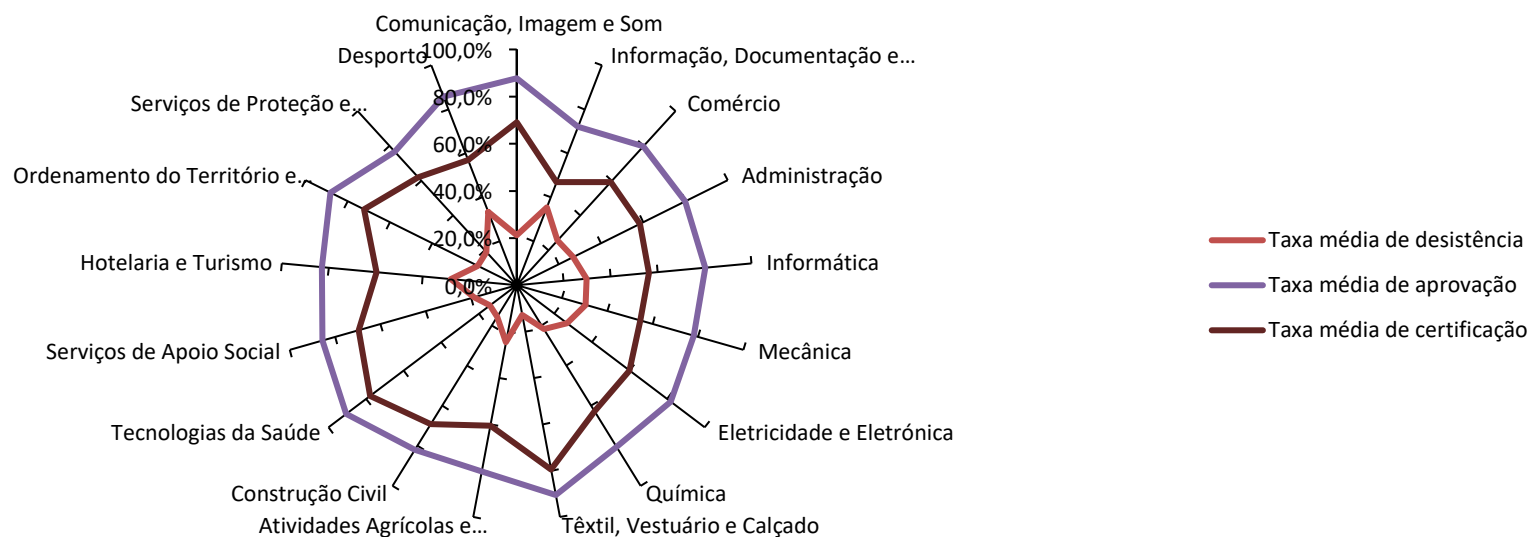


Fonte: Todas as EP

Os restantes indicadores de rendimento dos cursos profissionais são idênticos, ainda que ligeiramente melhores, aos de todas as atividades formativas como um todo. Os cursos REATIVAR e CET apresentaram taxas médias de aprovação semelhantes (81,9% e 81,3%, respetivamente) aos cursos profissionais (82,5%), mas com taxas médias de certificação ligeiramente superiores (63,9% e 63,1%, respetivamente) aos cursos profissionais (60,5%). As taxas médias de desistência são inferiores nos cursos REATIVAR e CET (22% e 22,4%, respetivamente), comparativamente aos cursos profissionais (26,6%).

Na Figura 13, observa-se que a taxa média de aprovação/certificação variou entre os 72%/47%, para cursos profissionais completos na área de informação, documentação e património, e os 91%/80%, na área de têxtil, calçado e vestuário. Os cursos completos com maior taxa de desistência foram os da área de informação, documentação e património, com cerca de 35,4%, enquanto a área têxtil, vestuário e calçado registou uma taxa média de desistência de apenas 12,8%, aproximadamente.

Figura 13. Rendimento da formação profissional, por curso completo e por área (família profissional)



Fonte: Todas as EP



Tabela 6. Rendimento da formação

Rendimento	Formandos que iniciam	Formandos certificados	Taxa média de certificação	Média de formandos no fim do curso
TOTAL (MÉDIA)	10 372	6 405	(61,26%)	(15,90)

Fonte: Todas as EP

Relativamente ao rendimento da formação por EP podemos constatar que, durante o período analisado, a EP com 810 formandos certificados, foi a que mais formandos certificou, enquanto a EP com 173 formandos certificados, foi a que menos formandos certificou. Quanto à taxa média de certificação, as 3 melhores EP registaram mais de 71% dos formandos que iniciam o 1º ano dos respetivos cursos a completarem, com certificação, a edição do respetivo curso.

Relativamente ao número médio de formandos que frequentaram até ao final do último ano do respetivo curso, a melhor EP apresenta uma média de formandos de 18,50, seguida da média de 17,62 e de 16,87. À exceção de 1 EP, todas as restantes 14 EP registaram um número médio de formandos, no final de curso, inferior a 18. As 3 EP com menores médias de formandos no final do curso registaram valores médios de 13,50, 14,07 e 14,76 formandos.

4.4. Situação Financeira Atual

Se ao longo do período 2014-2021 analisado, 5 EP registaram um desempenho económico acumulado negativo, no exercício de 2021, 8 EP registavam um desempenho económico anual negativo. Acresce a notória tendência, nos últimos anos, de deterioração do desempenho económico de todas as 15 EP, cuja reversão depende em larga medida do ajustamento, à realidade da RAA, do modelo de participação à



atividade formativa. Dois exemplos desta tendência são 2 EP que embora se encontrem com uma situação líquida positiva, registaram desempenhos económicos acumulados negativos entre 2014 e 2021, com tendência para se agravarem, essencialmente devido à elevada estrutura de gastos fixos com depreciações e amortizações decorrentes dos investimentos passados nas respetivas instalações.

Em termos de situação financeira atual, 4 EP apresentam-se numa posição financeira difícil, com capitais próprios negativos, na maioria dos casos agravado por desempenhos económicos negativos decorrente de défices de exploração acumulados entre 2014 e 2021.

A falta de liquidez em 2021 assolou 9 EP, com um indicador de tesouraria líquida negativa, por via da utilização de recursos de tesouraria (exigíveis a curto prazo) para financiar aplicações que se esperavam tornar em liquidez no médio e longo prazo. Este tipo de decisões violam o princípio do equilíbrio financeiro mínimo, o qual procura minimizar o risco de incumprimento da EP para com terceiros, tão necessário ao contínuo e ininterrupto funcionamento da atividade formativa.

Acresce que as elevadas necessidades de financiamento do ciclo de exploração decorrem essencialmente dos elevados prazos médios de recebimentos (PMR), que em 2021 eram superiores a 220 dias em mais de metade das 15 EP. Se tivermos em conta o período de transição para o PO Açores 2020, os PMR atingiram os cerca de 1.000 dias em todas as EP, situação realmente insuportável e insustentável para o normal funcionamento da atividade formativa.

Para cumprir com as necessidades de financiamento do ciclo de exploração e, em alguns casos, cobrir os défices de exploração acumulados e financiar investimentos realizados, 9 EP mantinham em 2021 um passivo financeiro que variava entre os 67 mil Euros e os 3,90 milhões de Euros, num total de 6,25 milhões de Euros no conjunto das 15 EP.

4.5. Potencialidades e Debilidades das EP - SWOT

A análise das potencialidades e debilidades das EP, numa perspetiva do equilíbrio e sustentabilidade e respetiva viabilidade, quer pedagógica, quer financeira encontram-se refletida na Figura 14 e na Figura 15.

Figura 14. Pontos Fortes (S) e Pontos Fracos (W)

Pontos Fortes (S)	Pontos Fracos (F)
<ol style="list-style-type: none">1. Diversidade de cursos;2. Experiência acumulada de mais de 2 décadas;3. Imagem das EP (relação de proximidade professores/alunos; EP inclusivas e multiculturais, ambiente familiar...);4. Boa organização em geral;5. Facilidade de incorporar inovação nos processos, programas e organização, comparativamente ao sistema interno do ensino regular;6. Dinamismo das EP na adaptação da oferta às necessidades do mercado;7. Responsabilidade económica e financeira;8. Controlos financeiros exigentes e frequentes;9. Percurso de formação dos professores técnicos especializados;10. Processo de aprendizagem interligado entre a teoria e a prática;11. Bons exemplos e boas práticas partilhados;12. Facilidade de adaptação ao mercado;13. Formandos valorizam e reconhecem a qualidade da formação recebida;14. Boa cobertura territorial;15. Treino prático permite a conexão com as necessidades do mercado de trabalho;16. Articulação ao longo da formação entre entidades empregadoras de proximidade e as EP;	<ol style="list-style-type: none">1. Diminuição de número de alunos;2. Processo de seleção débil devido à diminuição da procura;3. Aceitação de alunos com dificuldades em corresponder ao perfil de desempenho desejável;4. Diminuição do nível de exigência do ensino face às regras de financiamento das EP;5. Falta de especialização em algumas EP;6. Pouca participação dos encarregados de educação no percurso escolar dos alunos;7. Falta de planeamento a médio prazo da oferta letiva na RAA;8. Atual sistema não atualiza os programas educativos à velocidade necessária do acompanhamento da evolução das necessidades do mercado/ alguns programas (muito) desatualizados;9. Programas definidos pelo CNQP com pouca flexibilidade para adaptação à realidade do mercado de trabalho e às necessidades específicas da RAA;10. Muitas EP com equipamentos deficitários/ desatualizados, sobretudo nas TIC's;11. Necessidade de remodelação de determinadas infraestruturas;12. Perceção geral dos alunos/ encarregados de educação que o ensino vocacional é de inferior qualidade comparativamente ao ensino regular;



<p>17. Qualidade dos estágios;</p> <p>18. Finalização dos cursos permite aos formandos iniciarem o seu percurso profissional de forma independente;</p> <p>19. Conhecimento acumulado em diversos setores de atividade; e</p> <p>20. Diversidade de parcerias existentes.</p>	<p>13. Reduzida participação do mundo empresarial na colaboração com as EP e com os estágios;</p> <p>14. Reduzida representação Associativa do setor;</p> <p>15. Reduzida dimensão das entidades formadoras (maioria);</p> <p>16. Planeamento estratégico deficitário das entidades formadoras (muito alinhado com os Programas comunitários);</p> <p>17. Incerteza dos <i>players</i> das EP na transição entre quadros comunitários;</p> <p>18. Alta dependência de fundos públicos/ comunitários;</p> <p>19. Valores de referência desatualizados, incluindo os preços de referência hora dos formadores;</p> <p>20. Dupla penalização, existente ao nível do número de desistências e da taxa de sucesso, sendo irracional e não justa;</p> <p>21. Falta de incentivo/penalização financeira para a prestação de serviços externos à formação profissional comparticipada;</p> <p>22. Descapitalização e endividamento de algumas entidades devido aos atrasos nos financiamentos (no passado) e a cortes aplicados devido a fatores externos ao controlo das entidades formadoras; e</p> <p>23. Fraca notoriedade das entidades/setor.</p>
---	---

Figura 15. Oportunidade (O) e Ameaças (T)

Oportunidades (O)	Ameaças (T)
<ol style="list-style-type: none">1. Valorização do ensino profissional;2. Reconhecimento internacional e nacional da qualidade e eficácia de alguns instrumentos das políticas de formação profissional;3. Crescente necessidade de reconhecer competências profissionais por parte do mercado de trabalho;4. Surgimento constante de novas funções/profissões;5. Falta de recursos humanos qualificados em diversas áreas;6. Cada estudante tem a possibilidade de prosseguir estudos, sendo reconhecida a sua formação e respetivo grau para efeitos de candidaturas ao ensino superior;7. Criação de um sistema de educação vocacional que permita a aprendizagem ao longo da vida e de apuramento de boas práticas que facilitem a mobilidade da força de trabalho;8. Garantia de qualidade do sistema formativo;9. Oferta de qualificações necessárias às necessidades do mercado de trabalho em função das vocações individuais e das necessidades do desenvolvimento económico e social;10. Permitir a comparação e reconhecimento internacional das qualificações profissionais;11. Colaboração da tutela na organização da oferta educativa (ainda que condicionada pelos recursos financeiros disponíveis);12. Boa receptividade de algumas empresas para a realização dos estágios;13. Possibilidade de integração de CET's (nível V);14. Qualificação de ativos;15. Aposta nos cursos de programação informática/ robótica/ automação cada vez mais necessários para o futuro;	<ol style="list-style-type: none">1. Tendência negativa da taxa de natalidade;2. Concorrência com instituições do ensino público regular que oferecem cursos profissionais com condições mais favoráveis de exigência e de financiamento e sem as devidas competências técnicas;3. Diminuição do número de professores no ensino regular, que irão diminuir o número de formadores disponíveis;4. Conteúdos programáticos desajustados relativamente às expectativas dos alunos (por exemplo, nas TIC's);5. Desenvolvimento rápido do conhecimento e das tecnologias que implicam alterações nas necessidades do mercado de trabalho;6. Desaparecimento de determinadas profissões;7. Recursos limitados (instalações, equipamentos, materiais...);8. Imagem (estigma) associada aos cursos profissionais (facilitismo, alunos menos capazes, último recurso formativo, etc.) que existe na sociedade de forma generalizada e que é necessário combater;9. Fraca disseminação de estratégias políticas a médio/longo prazo para o setor;10. Alteração de instrumentos e procedimentos, inviabilizando a consolidação de condutas;11. Privilégio/preferência ao setor público;12. Falta de articulação e de intervenção dos interlocutores (gestores de programas e decisores políticos);13. Falta de sensibilidade e de conhecimento do mercado da formação profissional dos interlocutores;14. Complexidade e burocracia dos procedimentos de acesso a financiamentos;15. Complexidade burocrática e obsolescência de procedimentos e exigências por parte de "reguladores";

<ul style="list-style-type: none">16. Maior cooperação entre cursos, de modo a tornar os mesmos mais eficientes, nas disciplinas de tronco comum da componente sociocultural e/ou científica17. Novo quadro comunitário de apoio/ PRR que permita a modernização tecnológica das EP, renovação de equipamentos, espaços, workshops, proporcionar experiências de trabalho real, trocas de conhecimento com outras realidades, que permitem a melhoria constante do sistema educativo do ensino profissional;18. Possibilidade e fusão entre algumas EP;19. Necessidade crescente do ensino à distância;20. Digitalização;21. Maior reconhecimento e de atribuição de bolsas de mérito; e22. Programa ERASMUS+ (muito pouco aproveitado na RAA).	<ul style="list-style-type: none">16. Descredibilização do setor da formação profissional;17. Tecido empresarial local débil e avesso à inovação;18. Crescimento das importações baseadas em produções provenientes de rendimentos do trabalho de baixo valor, que comprometem os índices de competitividade; e19. Programas ocupacionais remunerados no mercado de trabalho que fomentam as desistências de alguns formandos.
---	---

Da conjugação das 4 dimensões de análise, depreende-se que:

- a. As EP desenvolvem competências que são necessárias para o tecido económico e empresarial, público e privado;
- b. Os cursos de formação profissional transformam vidas, ao providenciarem percursos desde a escola ao mundo do trabalho, proporcionando aos formandos novas e promissoras carreiras profissionais;
- c. Muitos formandos graduados nas EP podem, a longo prazo, superar os rendimentos médios obtidos dos alunos graduados no ensino regular e nas universidades;
- d. Os aprendizes e os formadores técnicos, através da aprendizagem saber-fazer, providenciam de forma mais imediata uma maior rendibilidade para o investimento público na educação e uma maior contribuição produtiva para a economia;



- e. A aprendizagem pelo treino formativo é baseada em competências que são desenvolvidas pela indústria e que são identificadas como as competências necessárias para a moderna força de trabalho necessária para as indústrias competitivas;
- f. Um mercado constituído por entidades formativas fortes e dinâmicas proporciona maior qualidade da formação tanto para formandos como para empregadores;
- g. Tem havido um declínio dramático no número de formandos na última década;
- h. Com a diminuição do número de formandos, o financiamento do sistema formativo das EP tem também declinado, colocando em risco a superação do ponto crítico de sustentabilidade de algumas escolas;
- i. O sistema da formação profissional requer uma reforma que possa colmatar as ineficiências e algumas duplicações de ofertas de proximidade;
- j. Falta maior coesão entre as políticas públicas no setor, os objetivos das EP e as necessidades reais do mercado de trabalho;
- k. A formação profissional tornou-se no parente pobre do ensino regular e a perceção do seu valor é efetivamente menor do que o seu valor real. Ambos os sistemas educativos são igualmente valiosos; e
- l. O sistema tem sido posto em causa por parceiros não ligados ao mundo empresarial, privilegiando competências generalistas, mesmo quando as evidências do mundo moderno e das economias mais avançadas sugerem que essas escolhas, por competências generalistas, produzem menores rendimentos médios do trabalho.



Assim, é necessário repor o *status* da formação profissional e da importância das competências reais num mundo cada vez mais competitivo e exigente. Cabe à tutela no Governo Regional promover junto da sociedade em geral e dos estudantes e empregadores em particular, campanhas de valorização do ensino profissional e as necessárias reformas ao sistema que permita repor a importância da formação profissional no sistema educativo. Para isso é necessário renovar a visão do papel da educação vocacional e do saber-fazer no construto de carreiras profissionais com saídas profissionais de sucesso.

Para o sucesso desta renovada visão é necessário um sistema holístico que clarifique as linhas de responsabilidade de cada *player* e reponha a confiança no papel das EP, para que se mantenha o foco na criação de empregos reais para satisfazer necessidades reais da economia, sendo esta a base de sucesso da educação profissional.

Deste modo:

- i. É responsabilidade das Secretarias que tutelam a Educação e a Formação Profissional nos Açores, informar bem os pais ou encarregados de educação e os alunos sobre as diferentes ofertas educativas e formativas e encaminhar os jovens que terminam o 9.º ano, de acordo com as suas tendências vocacionais, para os cursos científico humanísticos ou para os cursos profissionais, sem qualquer estigma e lógicas corporativas que persistem no nosso sistema de ensino e que prejudicam o futuro de muitos jovens;
- ii. É crucial alterar o paradigma do encaminhamento dos alunos para os cursos científico-humanísticos, que conduz à falta de qualificações de nível intermédio e superior, ao contrário das necessidades do mercado de trabalho; e
- iii. O alargamento rápido e não controlado da extensão de cursos do ensino profissional às escolas secundárias não só colocou em perigo o equilíbrio financeiro destas, como fez retroceder o modelo inovador do ensino profissional, dado que as escolas do dito “ensino



regular” não estão preparadas convenientemente para o ensino técnico. O que aconteceu muitas vezes foi a alocação de recursos internos desocupados para as disciplinas que devem transmitir *know-how* técnico, com clara perda de eficácia para os alunos e para o sistema em geral.

5. Proposta de Modelo de Financiamento

A proposta de modelo de financiamento das EP contempla dois elementos. O primeiro elemento é relativo à reposição do equilíbrio financeiro decorrente de défices de exploração acumulados entre 2014 e 2021. O segundo elemento é relativo ao modelo financeiro que garanta uma operação contínua e sustentável financeiramente, especialmente no período de transição entre o PO Açores 2020 e o próximo PO Açores 2030.

5.1. Reequilíbrio Financeiro

Da análise ao desempenho económico e situação financeira das 15 EP, entre 2014 e 2021, foi possível apurar que 5 EP acumularam défices de exploração, quantificados pelos Resultado Operacional ajustado (ROa) pelos juros suportados pela RAA, relativos ao protocolo BANIF/SANTANDER, para empréstimos bancários contraídos com aval da RAA, para satisfazer défices de tesouraria nos primeiros anos do período analisado. As restantes 10 EP, entre 2014 e 2021, não apresentam necessidades de reequilíbrio financeiro por apresentarem resultados correntes acumulados positivos.

As 5 EP carentes de reequilíbrio financeiro totalizam um montante de 2.100.021 €, conforme consta da Tabela 7. Note-se que, de acordo com a análise à situação financeira atual (2021) das EP, constante do subcapítulo 3.3.3, destas 5 escolas:

- 2 EP encontram-se numa posição financeira difícil, mas conseguem reverter a respetiva situação líquida negativa com o montante de reequilíbrio financeiro apurado e proposto para cada uma delas; e
- 1 EP encontra-se numa posição financeira difícil, mas o montante de reequilíbrio financeiro apurado e proposto é insuficiente para reverter a situação líquida negativa, pois já no início de 2014 herdava um capital próprio negativo.

Tabela 7. Apuramento das necessidades de reequilíbrio financeiro entre 2014-2021

Reequilíbrio	2014 - 2021			Necessidade de Reequilíbrio	Montante de Reequilíbrio
	Resultado Corrente	Juros Protocolo BANIF/SANTANDER	ROa		
Total	-646 342 €	889 586 €	-2 100 021 €	-	2 100 021 €

Legenda: ROa - Resultado Operacional ajustado pelos juros suportados pela RAA relativos ao protocolo BANIF/SANTANDER para empréstimos bancários contraídos com aval da RAA; NA - Não Apurado

Neste âmbito, propõe-se um modelo individual de reequilíbrio financeiro com as seguintes características principais:

1. Atribuição de subvenção pública não reembolsável, através de instrumento financeiro adequado para o reequilíbrio financeiro das EP da RAA; e
2. Apuramento da necessidade de reequilíbrio, tendo por base o conceito de défice de exploração, quantificado pelo resultado operacional ajustado e exclusivo da atividade formativa, considerando:
 - a. Todos os rendimentos operacionais, incluindo os subsídios à exploração atribuídos, à exceção daqueles que visam cobrir encargos financeiros com financiamentos;



- b. Todos os gastos desembolsáveis com o custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas, com fornecimentos e serviços externos e com o pessoal, assim como outros gastos diretamente relacionados com a atividade formativa; e
 - c. Todos os gastos não desembolsáveis relacionados com depreciações de edifícios e equipamentos, assim como amortizações de software e outros ativos intangíveis, desde que diretamente relacionados com a atividade formativa.
 3. Apuramento do valor de reequilíbrio, entre 2014/2021, considerando o efeito penalizador, para algumas EP da RAA, decorrente do modelo de comparticipação adotado no período de vigência do Programa Operacional Açores 2020, tendo por base o somatório de todos os resultados operacionais ajustados pelos juros suportados pela RAA relativos ao empréstimo bancário contraído com aval da RAA, registados naquele período, se obtido um valor total negativo; e
 4. Reposição do equilíbrio financeiro tempestivamente:
 - a. Numa única tranche para 1 EP, com salvaguarda da disponibilidade orçamental da RAA, considerando que em 2021 a situação líquida da EP é negativa, com montante dependente da verificação do cumprimento das adequadas práticas de gestão e condicionado à aprovação do relato financeiro anual, entre 2014 e 2021, com balanço patrimonial e demonstração de resultados por natureza, dedicados e circunscritos à atividade de formação profissional, previamente validado pelos auditores da instituição e pelo revisor oficial de contas;
 - b. Numa única tranche para 1 EP, com salvaguarda da disponibilidade orçamental da RAA, considerando que em 2021 a situação líquida da EP é negativa, com montante dependente da verificação do cumprimento das adequadas práticas de gestão;



- c. Distribuída por mais do que um exercício económico futuro para 2 EP, conforme disponibilidade orçamental da RAA, considerando que em 2021 ambas as EP apresentam uma situação líquida, com montantes dependentes da verificação do cumprimento das adequadas práticas de gestão por ambas as EP; e
- d. Numa única tranche para 1 EP, com salvaguarda da disponibilidade orçamental da RAA, considerando que em 2021 a sua situação líquida é negativa, com montante dependente da verificação do cumprimento das adequadas práticas de gestão. Ainda assim, o valor total do reequilíbrio será insuficiente para reverter a delicada situação financeira da EP, pelo que na impossibilidade de atribuição de subvenção pública adicional, até reverter os capitais próprios negativos em 2021, deverá a EP encontrar soluções para uma recapitalização que permita rever a situação líquida negativa.

Neste enquadramento, embora a 1 EP não apresente qualquer défice de exploração acumulado, no período de análise 2014-2021, que justifique qualquer medida de reequilíbrio financeiro, no final do exercício de 2021 apresentava-se numa posição financeira difícil, com uma situação líquida negativa. Ainda que tal condição resulte de outras operações de capital próprio e de, no início de 2014, a EP já herdar resultados transitados negativos (de origem anterior ao âmbito do estudo), na impossibilidade de atribuição de subvenção pública que permita reverter a situação líquida negativa, deverá a EP encontrar soluções para a sua recapitalização, na impossibilidade de atribuição de subvenção pública adicional.

Não obstante o montante de reequilíbrio apurado para 5 EP e de, até ao exercício de 2021, as restantes 10 EP não apresentarem défices de exploração que justifiquem qualquer medida de reequilíbrio financeiro, estas fundamentações não têm em conta o desinvestimento em ativos produtivos ocorrido entre 2014 e 2021, o qual muito contribuiu para conter os gastos fixos de exploração, com sacrifício da



competitividade de todas as 15 EP a médio e longo prazo. A atenção dada, quase em exclusivo, à gestão corrente nos últimos 8 anos, em detrimento de uma gestão estratégica das EP, decerto colocará importantes desafios aos respetivos contributos no setor e até à respetiva sustentabilidade das EP no futuro, só ultrapassáveis com a estabilização do modelo de participação à atividade desenvolvida e com um programa de apoio financeiro ao reequipamento e requalificação da EP.

5.2. Modelo Financeiro

O modelo financeiro das EP é composto por duas componentes distintas, ainda que interdependentes. A primeira componente refere-se ao modelo de financiamento das necessidades de fundo de maneo, i.e., necessidades decorrentes do pagamento dos gastos operacionais ocorrerem ainda antes do recebimento dos rendimentos operacionais, garante do normal funcionamento da atividade das EP. A segunda componente refere-se ao modelo de participação pelos serviços de formação prestados, na quase totalidade com origem de fundos públicos.

As duas componentes do modelo financeiro das EP resultam de uma análise crítica ao modelo existente e adotado até à presente data e da respetiva adaptação às especificidades e anseios do setor, ouvidas todas as 15 EP de direito privado da RAA e analisadas as contas dos últimos 8 exercícios económicos. O foco foi no sentido de um modelo financeiro fluído e o mais desburocratizado possível, sob o princípio orientador assente no binómio autonomia/responsabilidade das EP, como agentes preponderantes na formação profissional nos Açores.



5.2.1. Modelo de Financiamento das NFM

A falta de liquidez é a principal dificuldade existente ao normal funcionamento da atividade das escolas profissionais, por via das implicações que impõe, pelo que se sugere a implementação de um modelo de financiamento às necessidades do ciclo de exploração, tecnicamente denominadas de NFM. Estas NFM decorrem do facto do pagamento dos gastos operacionais ocorrer ainda antes do recebimento dos rendimentos operacionais.

Assim, propõe-se o desenvolvimento de um instrumento financeiro estável, em parceria com uma ou mais instituições financeiras interessadas, a operar na RAA. Uma operação financeira estável consiste numa operação financeira padronizada realizada por bancos ou sociedades financeiras que permite a uma entidade fornecedora de bens e serviços aumentar a sua liquidez através do adiantamento do pagamento dos bens e serviços fornecidos, num funcionamento idêntico a um crédito de curto prazo.

Este instrumento financeiro estável, colocado à disposição das EP, enquanto beneficiárias de operações de formação profissional, devidamente autorizadas pela Entidade Comparticipadora, deverá ter as seguintes características:

1. Possibilidade de adiantamento, num prazo previamente definido, do valor mensal da comparticipação contra apresentação de um relatório de execução da formação efetuada no mês anterior e respetiva estimativa de comparticipação mensal, em proporção do valor global, da operação de formação candidatada ou a candidatar, conforme orientações da Entidade Comparticipadora (por exemplo, baseadas nas últimas regras de comparticipação em vigor);
2. Responsabilização da EP pelo recebimento do valor do adiantamento;

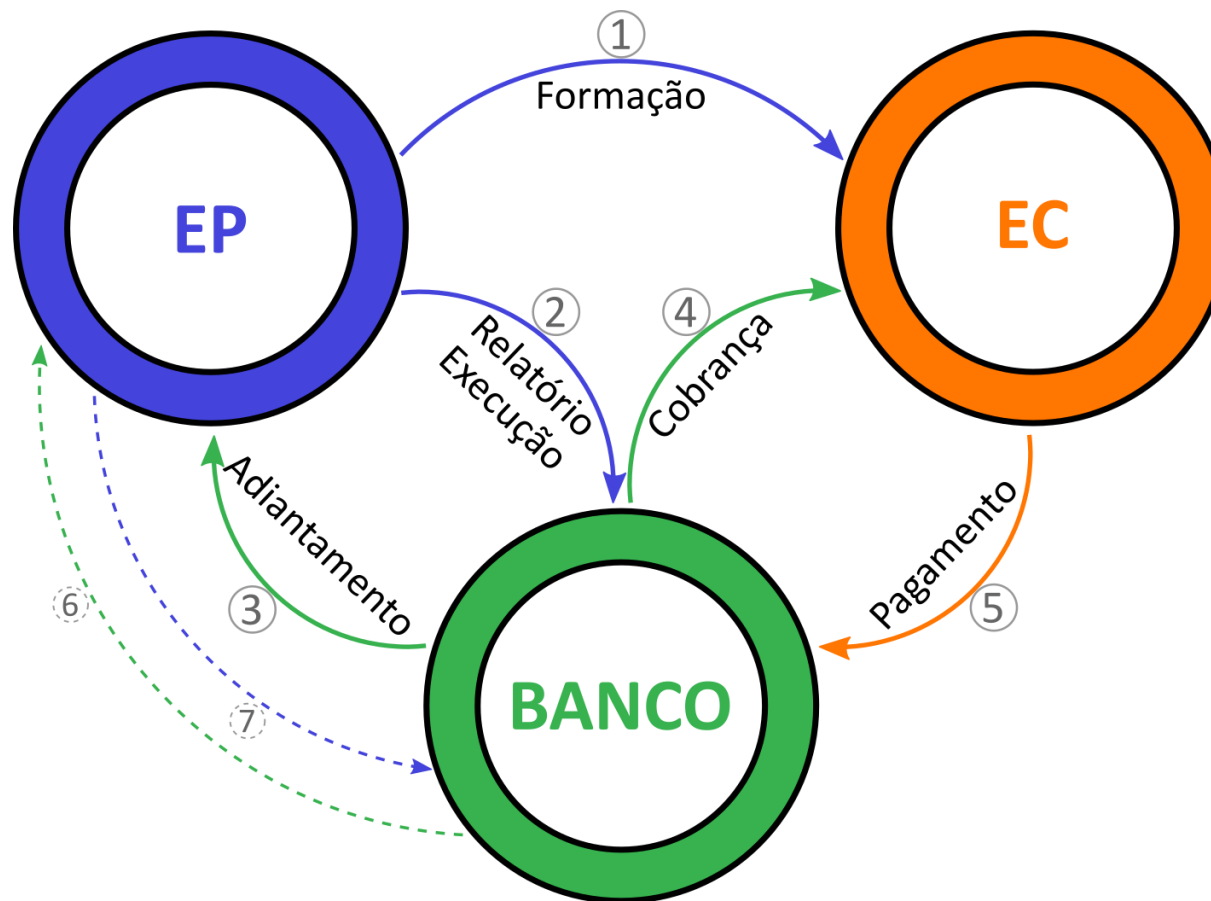


3. Reembolso das antecipações feito de forma automática após o recebimento da comparticipação apurada e autorizada pelo organismo intermédio, sendo responsabilidade da EP todas as diferenças apuradas entre o valor antecipado e a comparticipação apurada; e
4. Responsabilização da Entidade Comparticipadora pelo pagamento dos juros gerados pelo modelo de financiamento.

A operacionalização do modelo de financiamento das necessidades de fundo de maneo passa por desenvolver/criar um instrumento financeiro estável, através de parceria com uma ou mais instituições financeiras a operar na RAA, cumprindo com as características específicas acima definidas. Este instrumento deverá ser disponibilizado a todas as EP com operações de formação autorizadas pela Entidade Comparticipadora, ainda que pendentes de formalização de candidatura a comparticipação pública, permitindo desta forma o normal funcionamento da formação profissional, independentemente das vicissitudes e constrangimentos do modelo de comparticipação a vigorar em cada momento.

O instrumento financeiro estável a adotar deverá considerar que após o adiantamento por cedência dos créditos pela EP ao banco, a EP mantém-se responsável pelo reembolso total ou parcial dos adiantamentos entretanto recebidos (acrescidos dos respetivos juros acordados para a operação financeira), caso a Entidade Comparticipadora rejeite o seu pagamento total ou parcial. A Figura 16 apresenta o esquema sequencial das operações numeradas de 1 a 7.

Figura 16. Esquema de um instrumento financeiro estável



- ⑥ cobrança do montante não liquidado pela Entidade Participadora (EC)
- ⑦ pagamento do montante não liquidado pela Entidade Participadora (EC)



Um instrumento financeiro estável apresenta-se como muito vantajoso para a gestão corrente do ciclo de exploração de uma entidade, servindo como substituto dos financiamentos a curto prazo e permitindo aliviar as necessidades de tesouraria. Neste caso concreto, as principais vantagens para as EP e para a Entidade Participadora são:

- Rapidez do processo, não sendo necessárias todo o tipo de informações e formalidades de um financiamento tradicional a curto prazo;
- Redução da incerteza para a EP quanto ao prazo de recebimento por parte da Entidade Participadora, reforçando uma melhoria das relações entre ambos, sem comprometer a tesouraria;
- Acordo padronizado de médio e longo prazo com a entidade bancária, podendo ser negociado um regime de taxas de juro inferiores relativamente a outros tipos de financiamento e criar um plafond razoável;
- Melhoria da liquidez e capacidade de planeamento estratégico da EP; e
- Partilha de responsabilidade perante a instituição bancária, ao contrário de um financiamento tradicional, evitando que a Entidade Participadora assuma em última instância a total responsabilidade pelo cumprimento dos créditos.

Operações financeiras assentes em instrumentos financeiros estáveis são realizadas de forma quotidiana a nível mundial. Atualmente, a grande maioria dos intermediários financeiros e entidades bancárias disponibilizam estes instrumentos financeiros ajustados às necessidades dos seus clientes. A nível regional é possível encontrar este tipo de instrumento financeiro junto de diversas instituições financeiras, a exemplo da CGD, BPI, Santander e Novo Banco dos Açores.



O modelo de financiamento das NFM aqui proposto, se implementado e enquanto vigorar, permitirá garantir uma operação contínua da atividade formativa das EP, não só no período de transição entre o PO Açores 2020 e o próximo PO Açores 2030, mas também em futuras transições de quadros comunitários. Adicionalmente, irá incutir maior eficiência na gestão dos quadros comunitários pela autoridade de gestão, quer na sua preparação e publicitação, quer na sua execução e gestão administrativa e financeira.

Note-se que, a garantia de uma operação contínua e sustentável financeiramente só será duradoura no tempo se, ao modelo de financiamento das NFM aqui proposto, juntarmos um modelo de participação que minimize situações de explorações deficitárias por subparticipação aos serviços de formação profissional prestados pelas EP. É, pois, esta necessidade, que leva o próximo subcapítulo a uma incursão sobre as principais características do modelo de participação adequado e ajustados às especificidades do setor da formação profissional da RAA.

5.2.2. Modelo de Participação

Tendo por base a análise à situação económica e financeira dos últimos 8 exercícios económicos, das 15 EP de direito privado da RAA, assim como a experiência acumulada com diversos modelos e regimes de participação, o regime de participação misto, assente em custos reais para os gastos com formandos e em custos simplificados, com aplicação da tabela normalizada de custos unitários, para os restantes gastos com a formação, apresenta-se como sendo o que melhor satisfaz os interesses de curto, médio e longo prazo da RAA e das EP, assim como do sistema de ensino profissional que se perspetiva para o futuro do Açores. Não obstante, a experiência decorrente da sua aplicação e a análise às especificidades da atividade de formação profissional na RAA e aos respetivos impactos financeiros, assim como a normal consolidação do funcionamento de qualquer modelo, impõe os seguintes ajustamentos:

- a) Atualizar a tabela normalizada de custos unitários ao IPC, entre 2015 e 2021, tendo em conta a evolução o IPC naquele período, atualizando anualmente, a partir de 2022 em diante, ao IPC registado no ano anterior. Este ajustamento permitirá automatizar o processo de reposição do aumento generalizados dos preços que as EP enfrentam ao longos dos anos;

Tabela 8. Índice de preços no consumidor entre 2014 e 2021 - taxa de variação média anual - Açores

2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021
0,23%	1,00%	1,23%	1,94%	0,56%	0,47%	0,12%	0,92%

Fonte: SREA (https://srea.azores.gov.pt/conteudos/Relatorios/lista_relatorios.aspx?idc=29&idsc=1121&lang_id=1)

Tabela 9. Tabela normalizada de custos unitários por turma por ano letivo, em vigor e estimados para 2022

Escalões	2014-2021	2022
1	80.080€	85.399,79€
2	86.200€	91.926,34€
3	91.850€	97.951,68€
4	98.920€	105.491,34€

- b) Reduzir para 15 o número de formandos a partir do qual há lugar à redução da comparticipação de 4,35% por cada formando desistente. Esta redução de 18 para 15 formandos, permitirá acomodar a compensação de situações de desistência por causas raras e fortuitas, a exemplo das desistências por morte, doença prolongada, emigração e integração precoce no mercado de trabalho, evitando introduzir entorpecimento no modelo de comparticipação, caso fosse estabelecido uma lista de exceções para efeito de



cálculo da penalização por desistências. A média de formandos que frequentaram até final os respetivos cursos, considerando todas as EP ao longo de todo o período analisado, situa-se na ordem dos 16 formandos, com tendência decrescente ao longo dos últimos anos;

- c) Para efeitos de penalização por desvios no indicador de resultados, deve ser ajustada a taxa de certificação para o rácio entre formandos aprovados/formandos que terminam o curso, ao invés do rácio formandos aprovados/iniciantes, eliminando a dupla penalização existente, cuja aplicabilidade não tem racionalidade nem é considerada justa;
- d) Perante situações de agregação de turmas de reduzida dimensão, permitir a comparticipação proporcional ao número de horas lecionadas na componente técnica, com redução de 4,35% por cada formando abaixo dos 15 formandos por turma agregada; e
- e) Eliminar a dedução de toda e qualquer receita obtida com iniciativas de formação profissional não comparticipadas, incentivando as EP na procura de fontes alternativas de rendimento junto do mercado, com fomento da penetração da formação profissional paga por formandos/entidades que dela diretamente beneficiam ou de outras iniciativas empreendedoras das EP. Este ajustamento não só criará dinâmica no setor da formação profissional, valorizando-a, como potenciará o investimento estratégico em infraestruturas e equipamentos pelas EP, que são absolutamente necessários para uma oferta de formação profissional capaz de responder aos desafios estratégicos do futuro da RAA.

Tendo em conta o foco e o princípio orientador na definição do modelo de comparticipação, deverá o regime de comparticipação misto ser adotado, com os devidos ajustamentos e adaptações, à restante oferta formativa comparticipada, a exemplo dos CET e dos cursos REATIVAR, ainda que a quase totalidade das EP analisadas tenha demonstrado preferência apenas para os cursos profissionais. Esta



uniformização permitirá às EP ganhos de eficiência com a menor desburocratização e maior fluidez do processo de reembolso das participações.

O modelo de participação, assente no regime misto, permitirá conferir maior capacidade às EP para prepararem o seu papel no futuro da formação profissional na RAA, por via da criação de capacidade financeira para realizar investimento de cariz estratégico, permitindo incutir no setor um exercício permanente de pensamento estratégico, assim como reforçar a qualidade do serviço prestado.

A operacionalização do modelo de participação passa por promover legislação normativa e regulamentar adequada, considerando o modelo de participação misto com os ajustamentos propostos. Adicionalmente, deverão ser previamente divulgadas e esclarecidas às EP a legislação normativa e regulamentar e suas implicações, por forma a minimizar situações de penalização justificadas pelo desconhecimento das regras e termos. Estes esclarecimentos devem ser promovidos antes da preparação e submissão das candidaturas a operações de formação profissional participada.

6. Conclusões e Recomendações

O modelo de gestão da generalidade das EP está subjugado às características e vicissitudes do modelo de participação em vigor em cada momento, deixando pouco espaço para reflexão da EP a médio e longo prazo, num exercício de gestão estratégica. Em termos de personalidade jurídica, 9 EP estão inseridas em associações sem fins lucrativos, 4 EP estão inseridas nas respetivas Santa Casa de Misericórdia e 1 EP está inserida numa cooperativa sem fins lucrativos.



Entre 2013/2014 e 2021/2022, a capacidade máxima instalada das 15 EP registou um decréscimo de cerca de 10%. No ano letivo 2021/2022 estima-se que, no computo geral, as 15 EP estejam a utilizar cerca de 47% da capacidade formativa instalada, pelo que cerca de 53,2% dos recursos materiais principais afetos à formação profissional estão disponíveis para acolher um maior volume de formação profissional.

Das 15 EP, 7 EP estão inseridas em entidades com personalidade jurídica que apenas desenvolve a atividade de formação profissional, possuindo por isso relato financeiro completo circunscrito à atividade formativa. As restantes 8 EP estão inseridas em entidades com personalidade jurídica que desenvolvem outras atividades para além da formação profissional, das quais 7 não possuem evidência do necessário relato financeiro completo, circunscrito à atividade formativa. Acresce que, a quase totalidade das EP não possuem registos financeiros por turma/curso/ano letivo, dificultando a análise analítica à estrutura de gastos e rendimentos da atividade formativa.

O conhecimento e experiência acumulados pelas 15 EP ao longo de mais de 2 décadas, o qual importa preservar e potenciar com o contributo proativo de quem forma, tutela e financia, traduz-se nos últimos 9 anos letivos em 490 cursos (291 profissionais, 179 REATIVAR e 20 CET), com 7.790 formandos a completar o ciclo formativo, dos quais 82,2% com aprovação, resultante de 10.648 vagas abertas e 10.372 formandos admitidos. Entre 2013/2014 e 2021/2022, a taxa média de desistências foi de cerca de 24,9%, a taxa média de certificação (formandos aprovados/iniciantes) foi de 61,8% e o número médio de formandos que frequentam o curso até ao seu final foi de cerca de 16.

A deterioração do desempenho económico nos últimos anos contribuiu de sobremaneira para a delapidação da situação líquida da maioria das EP, com algumas a registarem inclusive uma situação líquida negativa em 2021 e, conseqüentemente, ávidas de reequilíbrio e reestruturação. Das 15 EP, 5 EP acumularam défices de exploração, entre 2014 e 2021, necessitando por isso de reequilíbrio financeiro, que no total das 5 EP estima-se na ordem dos 2,1 milhões de Euros. Destas 5 EP, 3 EP encontravam-se, a 31 de dezembro, numa posição financeira difícil. Há registo



de uma EP que embora esteja fora do lote das 5 EP com necessidade de reequilíbrio financeiro, a 31 de dezembro de 2021 apresentava-se numa situação financeira difícil com um capital próprio negativo, por via de elevados resultados transitados negativos, acumulados até 2014. O cenário só não foi mais complicado, relativamente à situação líquida das EP, devido ao desinvestimento em ativos produtivos, entre 2014 e 2021, quase transversal a todas as EP, que conteve o crescimento dos custos fixos com amortizações, mas que coloca em risco a sustentabilidade das EP no futuro.

O reequilíbrio financeiro, apurado para cada uma das 5 EP que dele carecem, deverá ser concretizado via atribuição tempestiva, conforme cada caso, de subvenção pública não reembolsável, através de instrumento financeiro adequado para repor o equilíbrio financeiro das EP, decorrente do subcomparticipação pelos serviços de formação profissional prestados na RAA, entre 2014 e 2021.

Independentemente da concretização do reequilíbrio financeiro, a tendência de degradação considerável do desempenho económico ao longo dos últimos 8 exercícios económicos, com 8 EP a registarem resultados líquidos negativos em 2021, decerto colocará importantes desafios aos respetivos contributos no setor e até à sua missão no futuro, só ultrapassáveis com o aproveitamento das potencialidades e mitigação das debilidades de cada uma das EP e do setor como um todo, assim como com a estabilização do modelo financeiro e com um programa de apoio financeiro ao reequipamento e requalificação das EP.

Para reverter a tendência verificada e garantir a competitividade, proatividade e sustentabilidade das EP e do setor da formação profissional da RAA a curto, médio e longo prazo, propõe-se a adoção, em toda a oferta formativa participada, de um modelo financeiro com duas componentes: (1) Modelo de financiamento das NFM e (2) Modelo de participação à atividade de formação.



O modelo de financiamento das NFM, assente no desenvolvimento e adoção de um instrumento financeiro estável, permitirá garantir a liquidez ao normal e contínuo funcionamento da atividade formativa, não só no período de transição entre o PO Açores 2020 e o próximo PO Açores 2030, mas também em futuras transições de quadros comunitários, independentemente das vicissitudes e constrangimentos do modelo de participação a vigorar em cada momento. Este instrumento financeiro possui um potencial estruturante para o setor da formação profissional na RAA, fora do alcance dos financiamentos pontuais de curto prazo para cobrir défices de tesouraria.

O modelo de participação à atividade formativa, complementar ao modelo de financiamento das NFM para uma operação contínua, sustentável financeiramente e duradoura no tempo, deverá minimizar situações de explorações deficitárias por subparticipação da formação profissional. Assim, deverá ser mantido e estabilizado o modelo de participação misto, com os devidos ajustamentos e adaptações para o tornar mais justo e adequado à realidade da RAA, devendo ser de aplicação transversal a toda a oferta formativa participada.

Por último, reforça-se a importância de cada EP manter o relato financeiro, com balanço patrimonial e demonstração de resultados por natureza, dedicado e circunscrito à atividade de formação profissional desenvolvida anualmente. O planeamento, acompanhamento e controlo da atividade formativa de cada EP, assim como o reporte à DRQPE da evolução do seu desempenho económico e da sua situação financeira num determinado momento, em muito beneficiaria da adoção de um registo físico e financeiro analítico, da atividade formativa e dos rendimentos e gastos por rubrica, por turma/curso/ano letivo, de carácter transversal a todas as EP da RAA. Esta perspetiva, capaz de alimentar automaticamente o reporte analítico necessário às operações candidatas a participação, permitirá elevar a um nível superior a capacidade das EP gerirem a sua atividade no curto prazo, assim como perspetivar estrategicamente o seu contributo para desenvolver sustentadamente o setor.



7. Bibliografia

Bolina, Pradeep (1994). Problems of Financing Vocational Education and Training in Developing Countries, Training and Discussion Papers, published by the German Foundation for International Development (DSE), Industrial Occupations Promotion Centre, ISBN 3-924441-76-6, Mannheim, 1994.

Direção Regional do Planeamento e Fundos Estruturais (2021). Programa Operacional Açores 2014 | 2020. Reprogramação – REACT-EU.

Direção Regional do Planeamento e Fundos Estruturais (2022). Projetos aprovados no Programa Operacional dos Açores 2020. 30 de junho de 2022

Ducci, M. A. (1991). Financing of Vocational Training in Latin America. Training Discussion Paper No 71, ILO. Geneva.

OECD (2020). Education at a Glance 2020: OECD Indicators, OECD Publishing, Paris, <https://doi.org/10.1787/69096873-en>.

OECD (2021). Education at a Glance 2021: OECD Indicators, OECD Publishing, Paris, <https://doi.org/10.1787/b35a14e5-en>.

Secretaria Regional da Juventude, Qualificação Profissional e Emprego (2022). Agenda Regional para a Qualificação Profissional. Valorizar os Açores | Horizonte 2030.

World Bank (1988). Education in Sub-Saharan Africa. Policies for adjustment, revitalization and expansion. The World Bank. Washington DC.

World Bank (1991). Vocational and Technical Education and Training. A World Bank Policy Paper. Population and Human Resources Department, The World Bank, Washington DC.



Ponta Delgada, 12 de outubro de 2022

Pedro Pimentel

Gualter Couto



Nota Explicativa à Figura 16. Esquema de um instrumento financeiro estável

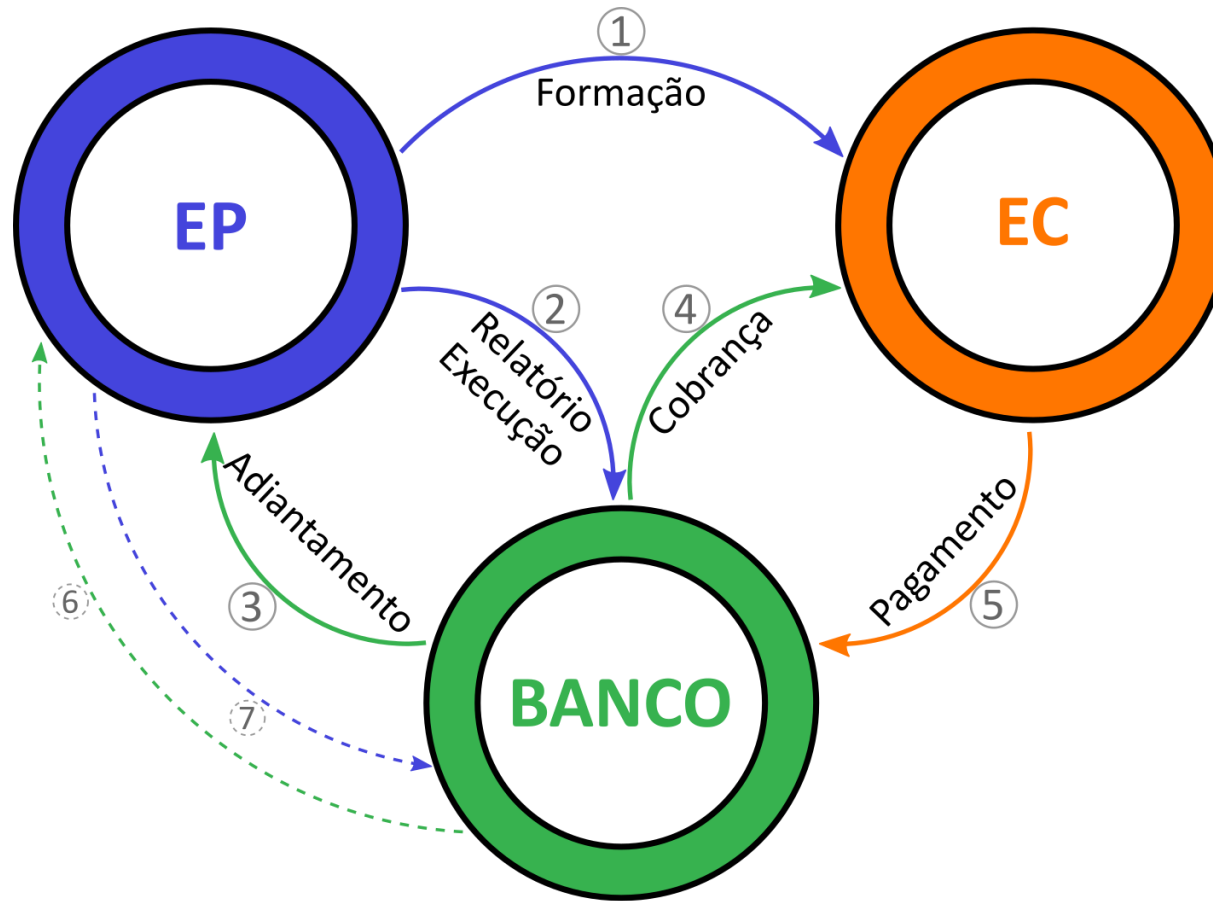
O instrumento financeiro estável referido na Figura 16, colocado à disposição das Escolas Profissionais (EP), enquanto beneficiárias de operações de formação profissional, devidamente autorizadas pela Entidade Participadora (EC) deverá ter a seguinte interpretação prática em cada uma das operações sequenciais numeradas de 1 a 7:

1. Realização física e financeira da formação profissional pela EP num determinado período temporal (por exemplo 1 mês), evidenciada em relatório de execução submetido à aprovação da EC;
2. Envio do relatório de execução previamente aprovado pela EC ao Banco a fim de solicitar o adiantamento do seu valor;
3. Adiantamento realizado pelo Banco em conta à ordem da EP;
4. Informação do Banco à EC relativamente ao adiantamento efetuado para efeitos de contagem de juros e conferir direito ao reembolso posterior efetuado por via de débito direto em conta à ordem da EP, aquando do efetivo pagamento pela EC à EP do valor total ou parcial devido no âmbito do referido relatório de execução;

5. Informação da EC ao Banco relativamente ao valor total ou parcial transferido para conta à ordem da EP, ficando o Banco com direito imediato à regularização total ou parcial, via débito direto em conta à ordem da EP, do adiantamento efetuado por conta do referido relatório de execução;
6. Solicitação do reembolso remanescente no caso de o pagamento da EC à EP ser inferior ao valor constante no referido relatório de execução, assim como dos juros decorridos entre o momento do adiantamento e o seu reembolso, com juros entretanto ressarcidos pela EC à EP; e
7. Liquidação do reembolso remanescente no caso de o pagamento da EC à EP ser inferior ao valor constante no referido relatório de execução, assim como dos juros decorridos entre o momento do adiantamento e o seu reembolso.

Trata-se de um instrumento financeiro semelhante a um financiamento à exploração de curto prazo, mas regular e estendido no tempo, contemplando as especificidades da atividade em continuidade do ensino profissional. Não há lugar a qualquer cedência formal de créditos entre intervenientes.

Figura 1. Esquema de um instrumento financeiro estável



- ⑥ cobrança do montante não liquidado pela Entidade Comparticipadora (EC)
- ⑦ pagamento do montante não liquidado pela Entidade Comparticipadora (EC)